

**ATA DA 238ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(17/07/2013)**

Ao décimo sétimo dia do mês de julho de dois mil e treze, às treze horas, na Câmara Municipal de Londrina, após a constatação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Londrina para sua ducentésima trigésima oitava reunião ordinária, tendo como pauta: **1-13h00-Análise e Aprovação da Pauta 238ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária do dia 25/04/13 e da 237ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2-13h30- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de fevereiro de 2013 – Diretoria Financeira- Sandra Regina dos S. Silva; 3-14h30- Apresentação do Programa Saúde da Família (PSF)-Tatiana Almeida do Carmo; 4-15h00- Apresentação do Plano de Aplicação do Recurso SESA/230/2013 (Violência)- Mara Zanetti; 5-15h30- Apresentação sobre as Filas de Cirurgias Eletivas e Consulta de Especialidades; 6-16h00- Edital de Chamamento Público para Serviço de Ortopedia; 7-16h30- Apresentação de Prestação de Contas CISMEDPAR; 8-17h00- Informes; 9-17h30- Teto máximo para encerramento.** O secretário de Saúde e presidente do Conselho Municipal de Saúde, **Drº Francisco Eugênio Alves de Souza**, dá as boas vindas a todos os presentes e inicia os trabalhos com a leitura da pauta do dia. O conselheiro **ElieI Joaquim dos Santos** propõe que o item 7 da pauta seja colocado como 2º ponto. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Santos** pede a inclusão de um ponto de pauta sobre **Esclarecimentos a respeito do Concurso**. O conselho aprova a pauta com as duas solicitações realizadas. A seguir é passado para a **Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária do dia 25/04/13**. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** solicita que na lista de presença, onde está escrito que ela estava presente seja colocado “ausente com justificativa”. O conselheiro **Ildo Ioris** diz que na linha 635, e talvez tenha sido um equívoco, o conselho aprovou duas coisas distintas, pois começando na linha 634, diz “O conselheiro **Cicero Cipriano Pinto** propõe que o CMS faça uma resolução, sugerindo ao estado ou ao próprio prefeito de Londrina a aquisição de equipamentos de informática para os agentes de endemias registrarem sua produção. O conselho aprova a resolução. Cicero propõe que seja feita uma resolução para a ampliação do quadro atual de ACE. O conselheiro **Aylton Paulus** coloca que não dá para encaminhar uma resolução sem ter base em dados técnicos feito por especialistas da área. **Drº Francisco Eugênio** propõe que antes da resolução seja feito um estudo técnico para as devidos encaminhamentos futuros”. **Ildo** finaliza a leitura e diz que foi aprovada a resolução e depois foi aprovada outra proposta. **Drº Francisco Eugênio** explica que foi aprovada uma resolução sobre a aquisição de equipamentos e a outra foi suspensa devido ao adendo que o conselheiro Aylton fez. **Ildo** solicita que seja registrado na ata qual foi à proposta aprovada, de forma bem clara para que não suscite dúvidas. **Drº Francisco Eugênio** explica que a reunião foi gravada em celular e por isso acabou ficando meio complicado a transcrição. **Na sequencia a ata é aprovada pelo conselho com as observações realizadas.** **Drº Francisco Eugênio** coloca em discussão a ata da **237ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde**. O conselheiro **Ildo Ioris** pede para que na linha 322, seja colocado sobre qual comissão o conselheiro ElieI esta se referindo. O conselheiro **ElieI Joaquim** coloca que na referida reunião, na qual o secretário na estava presente e foi conduzida pela Drª Valéria, entrou a discussão do PPA e aonde não se chegou a um acordo. Foi colocado então que deveria ser aberta uma discussão do PPA em uma reunião extraordinária e junto com essa sairia

51 também a do regimento interno. A secretaria executiva do CMS ligou dizendo que
52 havia sido suspenso às duas reuniões, por conta de que o secretário de saúde ia falar
53 com o prefeito sobre a questão do PPA, sendo que até agora não temos informação
54 nenhuma e não podemos votar coisas sem informação. **Drº Francisco Eugênio**
55 esclarece que na verdade, somente no final da semana passada é que foi orientado
56 para a saúde o que cabia no PPA em termo de orçamento, e o que vai vir para o PPA
57 como recursos a serem obtidos para execução, ou seja, o PPA foi fechado somente
58 agora e vai para a Comissão de Análise do Plano para primeira análise e depois
59 trazido ao CMS. O conselheiro **Ildo Ioris** sugere que seja colocado na ata o nome da
60 comissão supracitada. O conselheiro **Natal de Oliveira** coloca que o conselheiro
61 Cicero solicitou que na linha 463, a fala da conselheira Juvira seja colocada na
62 íntegra, pois ficou confuso. **Drº Francisco Eugênio** explica que houve um problema
63 na gravação da reunião. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** uso da palavra e diz que
64 realmente, há várias falas na ata que estão completamente desconectas, porém,
65 gostaria que sua fala fosse registrada, no sentido de que na próxima ata ela esteja na
66 íntegra. Adriana diz que crê que isso deve ter acontecido devido às más condições de
67 realização da reunião, pois a gravação foi prejudicada, gravada em celular, sem contar
68 que a reunião foi desmarcada em cima da hora, trocada de lugar, ou seja, sem
69 preparo algum. Há falas suas na linha 178 que estão completamente desconectas, sem
70 1/3 do que falou, e não pode nem reclamar de quem redigiu a ata, pois não sabe se
71 tudo foi realmente gravado ou não. Na linha 248 também há problemas, então, hoje
72 ela Adriana, na hora da votação, vai deixar bem claro, e gostaria que o secretário
73 ficasse atento com esta questão da gravação, pois tanto o relator acaba sendo
74 prejudicado, quanto às falas reais dos conselheiros. **Drº Francisco Eugênio** explica
75 que, segundo lhe informou a secretária do CMS, houve um acidente e dois microfones
76 gravaram e um não gravou a reunião, por isso houve alguns cortes na gravação.
77 **Adriana** diz que além deste problema, houve a questão da gravação no celular, algo
78 que prejudica muito a relatoria quanto às falas fundamentais dos conselheiros. **Drº**
79 **Francisco Eugênio** diz que está esclarecendo, para que fique claro que não houve
80 algo proposital, e realmente lamenta a situação. O conselheiro **Eliel Joaquim** coloca
81 que gostaria de ratificar a fala da Adriana e dizer mais: O CMS tem de parar de gravar
82 as reuniões em celular, com os servidores ouvindo isso e tendo de passar para o
83 papel, pois a fala dos conselheiros vai para a ata e fica para os anais. Se não
84 conseguirmos fazer as reuniões na CML, é preciso fazer em um local que no mínimo
85 tenha estrutura básica para a realização das reuniões. **Drº Francisco Eugênio** coloca
86 que a secretaria executiva e a AMS estão providenciando um material próprio, e vai ter
87 de ser licitado, para que se tenha um sistema de gravação, ou licitar uma empresa
88 que preste este serviço, no entanto, tem medo disso, pois no CES foi solicitada uma
89 empresa para gravar e fazer as atas e isso acabou dando alguns problemas. A
90 conselheira **Joelma Aparecida** coloca que a discussão levantada pelo Eliel é sobre o
91 CMS ter um local próprio para realizar suas reuniões, para que a cada mês não fique
92 esta questão de não saber onde vai ser a reunião, como aconteceu na reunião com
93 esta reunião, onde não havia equipamento de gravação, inclusive a AML teve a maior
94 boa vontade de ceder o espaço. Joelma coloca que no processo de licitação, poderia
95 se ver um hotel ou um local fixo para as reuniões. **Drº Francisco Eugênio** diz que a
96 ideia é justamente esta, um salão de reuniões de um hotel e a compra ou locação de
97 um equipamento de gravação. **Colocados os questionamentos e correções, a ata**
98 **da 237ª RO do CMS é aprovada pelo conselho. A conselheira Adriana Xavier**
99 **Dorta não aprova a ata e pede declaração de voto.** Adriana justifica seu voto pelo
100 fato de que sua fala foi totalmente retirada e inexistente na ata, sendo que fez falas

101 importantíssimas e que deveriam estar em ata, e como não adianta falar agora, pois
102 vai se ficar naquela de será que ela falou mesmo ou não, não compensa dizer. O
103 conselheiro **Natal de Oliveira** justifica que não estava presente na reunião 237 por
104 motivo de doença. A seguir é passado ao ponto de pauta seguinte: **Apresentação de**
105 **Prestação de Contas CISMEPAR. Drº Francisco Eugênio** coloca que a Comissão
106 Executiva, em virtude das alterações no regimento do CISMEPAR, que culminou com
107 a ausência da participação de um conselheiro no conselho fiscal do consórcio,
108 solicitou que ele fosse convocado para uma prestação de contas. A palavra passa à
109 senhora **Vilma**, diretora da contabilidade do CISMEPAR. **Vilma** inicia a seguinte
110 apresentação: **PRESTAÇÃO DE CONTAS CISMEPAR – 2012 – FONTE 001 -**
111 **RECURSO DESCENTRALIZADO.** Saldo Anterior 31/12/2011: CISMEPAR –
112 2.457.250,35. Hospital Zona Norte – 809.274,72. Hospital Zona Sul – 912.122,51.
113 Total: 4.178.647,58. **RECEITAS 2012 – Cismepar – 10.593.417,73.** Hospital Zona
114 Norte 4.361.541,02. Hospital Zona Sul 3.503.356,25. CEO 106.085,25. Total:
115 18.564.400,25. **RENDIMENTO APLICAÇÃO:** Cismepar 277.741,40. Total:
116 277.741,40. **TOTAL RECURSO 2012 – CISMEPAR – 13.328.409,48.** Hospital Zona
117 Norte – 5.170.815,74. Hospital Zona Sul – 4.415.478,76. CEO – 106.085,25. Total:
118 23.020.789,23. **DESPESAS 2012.** CISMEPAR – 12.484.995,71. Hospital Zona Norte –
119 4.314.771,31. Hospital Zona Sul – 4.298.762,38. CEO – 59.549,23. Total:
120 21.158.078,63. **RESTOS A PAGAR –TOTAL DESPESAS – CISMEPAR –**
121 **12.484.995,71.** Hospital Zona Norte – 4.314.771,31. Hospital Zona Sul – 4.298.762,38.
122 CEO – 59.549,23. Total: 21.158.078,63. **DESPEZA POR ELEMENTO – Vencimentos**
123 **e Vantagens Fixas:** CISMEPAR – 5.783.764,59. Hospital Zona Norte – 672.456,83.
124 Hospital Zona Sul – 572.020,98. Obrigações Patronais – CISMEPAR – 2.097.080,95.
125 Hospital Zona Norte – 358.674,22. Hospital Zona Sul – 279.265,27. Auxílio
126 Alimentação – CISMEPAR – 258.456,80. Hospital Zona Norte – 26.560,80. Hospital
127 Zona Sul – 22.134,00. Diárias – Pessoal Civil – CISMEPAR – 33.117,00. Hospital
128 Zona Norte – 2.607,00. Hospital Zona Sul – 320,00. Material de Consumo –
129 CISMEPAR – 1.302.711,39. Hospital Zona Norte – 335.066,51. Hospital Zona Sul –
130 278.281,45. CEO – 59.549,93. Passagens e Desp. Locomoção – CISMEPAR –
131 31.900,42. Hospital Zona Norte – 811,70. Outros Serviços Terceiros – PF –
132 CISMEPAR – 300,00. Hospital Zona Norte – 3.000,00. Hospital Zona Sul – 300,00.
133 Outros Serviços Terceiros – PJ – CISMEPAR – 3.291.751,70. Hospital Zona Norte –
134 2.844.452,27. Hospital Zona Sul – 3.024.903,36. Material Permanente – CISMEPAR –
135 356.877,19. Hospital Zona Norte – 21.885,21. Hospital Zona Sul – 76.795,10.
136 Sentenças Judiciais – CISMEPAR – 200,00. Hospital Zona Norte – 49.256,77. Hospital
137 Zona Sul – 44.742,22. **FONTE 319 – CONVÊNIO SERTANÓPOLIS.** Saldo Inicial
138 31/12/2011 – CISMEPAR – SERTANÓPOLIS – 34.136,04. Total – 34.136,04. Receita
139 Ano 2012 – CISMEPAR – SERTANÓPOLIS – 58.471,08. Total – 58.471,08.
140 Rendimento Aplicação – CISMEPAR – SERTANÓPOLIS – 1.594,67. Total – 1.594,67.
141 Total Receitas 2012 – CISMEPAR – SERTANÓPOLIS – 94.2010,79. Total –
142 94.201,79. **DESPESAS 2012 – CISMEPAR – SERTANÓPOLIS: – 83.309,15. Total –**
143 **83.309,15. TOTAL DESPESAS – 83.309,15. TOTAL – 83.309,15. DESPESAS POR**
144 **ELEMENTO – CISMEPAR – SERTANÓPOLIS.** Vencimentos e Vantagens Fixas –
145 43.371,24. Obrigações Patronais – 38.643,89. Auxílio Alimentação – 390,60. Outros
146 Serviços Terceiros – PJ – 903,42. **FONTE 322 – CONVÊNIO 024/07 – SESA.** Saldo
147 Inicial 31/12/2011 – Hospital Zona Norte – 93.251,67. Hospital Zona Sul – 93.251,66.
148 Total – 186.503,33. Receita Ano 2012 – Hospital Zona Norte – 1.800.000,00. Hospital
149 Zona Sul – 1.800.000,00. Total – 3.600.000,00. Rendimentos Aplicação – Hospital
150 Zona Norte – 4.744,48. Hospital Zona Sul – 4.744,47. Total – 9.488,95. Total Receitas

151 2012 – Hospital Zona Norte – 1.897.996,15. Hospital Zona Sul – 1.897.996,15. Total –
152 3.795.992,28. **DESPESAS ATÉ** - Hospital Zona Norte – 2.160.324,61. Hospital Zona
153 Sul – 1.560.064,60. Total – 3.720.389,21. Total Despesas – Hospital Zona Norte –
154 2.160.324,61. Hospital Zona Sul – 1.560.064,60. Total – 3.720.389,21. **DESPESAS**
155 **POR ELEMENTO – HOSPITAL ZONA NORTE – HOSPITAL ZONA SUL.** Material de
156 Consumo – Hosp. Zona Norte – 86.036,10. Hosp. Zona Sul – 133.649,81. Outros
157 Serviços de Terceiros – PJ – Hospital Zona Norte – 2.074.288,51. Hospital Zona Sul –
158 1.426.414,79. **FONTE 323 – COMSUS.** Saldo Inicial 31/12/2011 – CISMENPAR – 0,00.
159 Total – 0,00. Receita Ano 2012 – CISMENPAR – 968.000,00. Total – 968.000,00.
160 Rendimentos Aplicação – CISMENPAR – 13.299,41. Total – 13.299,41. **DESPESAS**
161 **2012 – CISMENPAR – 366.432,40. Total – 366.432,40. Total Despesas 2012.**
162 **CISMENPAR – 366.432,40. Total – 366.432,40. DESPESAS POR ELEMENTO –**
163 **CISMENPAR – TOTAL.** Outros Serviços – PJ – 41.032,40. Total – 41.032,40. Material
164 Permanente – 325.400,00. Total – 325.400,00. **Vilma** encerra a apresentação e se
165 coloca a disposição para esclarecimentos. A conselheira **Julia Miyamoto** sugere que
166 na próxima vez, a prestação seja feita frente e verso e com letras maiores. **Vilma** diz
167 concordar com a conselheira, inclusive o relatório poderia ser disponibilizado via e-
168 mail, no entanto, o relatório que foi disponibilizado já estava impresso quando o CMS
169 fez a solicitação. A conselheira **Rosicler Amarins** coloca que as letras no relatório
170 estão muito pequenas. A conselheira **Maria Osvaldina** questiona quando foi feito o
171 convênio com o projeto do estado mãe Paranaense. Osvaldina diz que é preciso se
172 atentar para o fato de que muito não possuem e-mail, e o CMS é acostumado a
173 receber tudo de forma impressa. **Vilma** diz que com mais tempo, em um próximo
174 pedido, será feito em frente e verso. A conselheira **Maria Celia Gregghi** explica que o
175 convenio assinado com o estado ocorreu em 2012, onde os 25 consórcios participarão
176 de todas as redes de atenção, junto a atenção primaria. O consorcio de Londrina
177 assinou esses termos em junho de 2012 e já começou a receber o montante, cerca de
178 R\$78 mil por mês, que ficou colocado dentro do plano de trabalho para atender as
179 cinco redes de atenção: Rede Mae Paranaense, Saúde Mental, Doenças Crônicas,
180 Saúde do Idoso, sendo que alguns consórcios vão atender urgência/emergência, mais
181 o consórcio de Londrina não vai fazer esta prestação, pois o município já esta dentro
182 de toda rede de urgência e emergência. Esses valores estavam vindo e quando
183 chegou na 5ª parcela, onde o consorcio é avaliado, já não estamos recebendo, pois o
184 montante que fica é muito grande, e como ainda só foi possível estrutura uma rede,
185 pois é preciso todo um diagnostico da 17ª e se esta trabalhando com todo mundo
186 junto, já não estamos mais recebendo este valor e ficou parado este saldo, e enquanto
187 tiver dinheiro em caixa o estado não libera mais recurso, mas isso não preocupa
188 porque se esta somente na primeira rede, e a partir do momento que todas estiverem
189 já sendo estabelecidas e trabalhadas, só começara a acionar o estado, mas foi nesta
190 época e ficou parado agora, em janeiro de 2013, e no ano passado a gente já
191 conseguiu contratar as empresa e trabalhar algumas coisas, mas somente agora em
192 janeiro que conseguimos fidelizar melhor isso, com os diagnósticos da regional , e 3
193 semanas atrás foi possível colocar a rede Mae Paranaense dentro do consorcio, pois
194 o prestador estava fazendo todas as avaliações dentro da sede dele. A conselheira
195 **Ana Paula Cantelmo** questiona a ausência do demonstrativo de resultado no anexo,
196 sendo que há o balancete de receita+despesa. **Vilma** responde que realmente o
197 resultado não foi disponibilizado no relatório fornecido aos conselheiros. **Cantelmo**
198 sugere que isso seja incluído nas próximas apresentações. **Cantelmo** questiona quais
199 são as normas e critérios para contratação de serviços e qual a modalidade de
200 remuneração dessas contratações e a tabela referencial utilizada. **Maria Celia Gregghi**

201 coloca que ate a gestão passada, os médicos vinham de vários locais. Alguns são
202 próprios do CISMENPAR, alguns são do estado, ou seja, é uma miscelânea, sendo que
203 isso estava prejudicando muito, pois não havia nem como fazer uma avaliação do
204 trabalho deles, e o que aconteceu foi que, conforme o município precisa dos serviços
205 e por meio análise de diagnósticos por parte da 17ª RS, é solicitado para Cismepar a
206 análise e a contratação da especialidade necessária, sendo que desta vez se optou
207 pelo chamamento publico, onde é feito um credenciamento de empresa jurídica, e as
208 empresas se credenciam e os outros profissionais se agregam a esta empresa, como
209 autônomos ou sócios proprietários. Dentro do chamamento publico se trabalho com
210 duas tabelas: tabela SUS e tabela Cismepar, sendo que as duas estão disponíveis no
211 site www.cismepar.org. **Vilma** coloca que a sugestão da Ana Paula pode ser
212 contemplada no próximo relatório, com um resumo suplementando o relatório. **Maria**
213 **Celia Greghi** pede desculpas por eventuais falhas na apresentação, pois a solicitação
214 chegou em cima da hora e é a primeira apresentação que estão fazendo no conselho.
215 O conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** diz que fica muito preocupado, pois é
216 trazido ao CMS uma prestação de contas do CISMENPAR, onde participam 21
217 prefeitos, que entre eles escolheram seu presidente, sendo que era publico-privado e
218 virou público-público, e não há nenhum controle social. **Greghi** relata que era
219 totalmente privado e virou público-público. **Eliei** coloca que é um montante muito
220 grande de dinheiro e abrange 21 municípios. Havia um conselheiro que participava
221 exercendo o controle social e isso desapareceu, sendo que agora se traz a prestação
222 de contas e o CMS não pode votar, simplesmente é trazido um valor, e não está
223 duvidando da Vilma e da Maria Celia, mas, há alguns prefeitos nestas cidades que
224 não dá para acreditar. Eliei questiona se a prestação de contas é feita somente onde é
225 a sede do CISMENPAR ou se é feita também nos outros conselhos. Eliei diz que ouviu
226 e não sabe se é verdade ou não, que se fosse para colocar um controle social nesta
227 discussão das contas, teria de se pegar um conselheiro de cada cidade que esta no
228 consorcio, porem, se houvesse bom senso e vontade politica de resolver as coisas,
229 não precisaria ser todos os conselhos das cidades que fazem parte do Cismepar, pois
230 poderia ter sido feita uma discussão regional e ter tirado entre eles uns 4 ou 5 numa
231 discussão conjunta com eles, para que quando viesse apresentar ao CMS, os
232 conselheiros ter muito mais firmeza em discutir a questão. **Greghi** responde que esta
233 prestação de contas de 2012 o Cismepar ainda era administrativo, e quem fez a
234 aprovação da prestação de contas foi o conselho fiscal , que eram conselheiros do
235 controle social, inclusive o conselheiro Cicero fazia parte. A partir de 2013, com a
236 eleição da nova gestão, na colocação do protocolo de intenções para construção da
237 mudança da natureza jurídica do Consorcio, são os prefeitos que fazem tudo isso. No
238 conselho fiscal ficou definido que cada prefeito mandaria seu representante e não
239 havia impedimento do jurídico quanto a isso, sendo que o representante de Londrina
240 no conselho fiscal é o servidor **Jadir** da diretoria financeira. O conselheiro **Eliei**
241 **Joaquim dos Santos** diz a questão não esta muito clara para o CMS. **Maria Celia**
242 **Greghi** se compromete a levar esta manifestação do CMS de Londrina ao conselho
243 de prefeitos. O conselheiro **Eliei** diz que é uma manifestação sua e que pode ser
244 colocada em seu nome. **Maria Celia Greghi** responde que não há problema e se
245 compromete a levar a manifestação ao conselho de prefeitos. A conselheira **Eliane**
246 **Nascimento** questiona a respeito do auxilio alimentação presente no relatório, se é
247 uma empresa que fornece. **Vilma** explica que mesmo na gestão anterior, os
248 processos já eram feitos através de licitação. No anexo 11, as despesas são
249 desmembradas por departamentos, e temos o departamento chave que é no
250 ambulatório, e se os conselheiros observarem com mais clareza, irão ver que é o

251 departamento com maior gasto e com maior numero de pessoas, e o auxilio
252 alimentação hoje esta com o valor de R\$ 140 reais, ou seja, se for pego o valor de
253 auxilio em cada departamento e dividir por 140, se chegara ao número de funcionários
254 dentro do departamento, sendo que é pago com um cartão e creditado na conta do
255 funcionário. O conselheiro **Ildo Ioris** propõe que o CMS faça uma moção de repúdio
256 quanto à forma e maneira como o controle social foi excluído de participar do conselho
257 fiscal do Cismepar. O conselheiro **Fahd Haddad** faz uso da palavra e diz que na
258 discussão que houve sobre o consórcio na comissão executiva, foram levantadas
259 varias questões, entre elas a dificuldade que eles têm de conseguir contratar
260 profissionais, o que ocasionou que eles fizessem uma tabela a parte, ou seja, estamos
261 tendo dificuldade porque os profissionais querem ir trabalhar no Cismepar, já que lá se
262 paga mais, ou seja, o próprio sistema único de saúde tem 2 tabelas e isso esta
263 dificultando muito para os demais prestadores e que atendem uma parcela muito
264 grande da população, algo que é bastante preocupante e que vai distorcer tudo que
265 existe no SUS, na medida que muitas vezes há procedimentos que o SUS paga ao
266 hospital um valor X e ao Cismepar 2 ou ate 3 vezes mais. **Haddad** pede providências
267 a respeito do assunto, no sentido de equalizar o sistema e equilibrar as coisas. **Drº**
268 **Francisco Eugênio** questiona ao conselheiro se ele tem alguma proposta especifica
269 para fazer. O conselheiro **Fahd Haddad** diz que se deve usar a tabela do SUS, pois a
270 dificuldade é para todos, sendo que a regra deveria ser única. A conselheira **Lazara**
271 **Regina Resende** questiona a respeito do Centro de Especialidades Odontológicas
272 contido no relatório e como e foi feito estes repasses. **Vilma** explica que há 3 centrais:
273 Rolândia, Cambé e Ipirorã. Existe um valor determinado para repasse no consorcio
274 para aquisição de material de consumo, sendo que foi firmado estas 3 redes e dentro
275 disso designado o quanto, através do consorcio, repassaríamos em material de
276 consumo para estas centrais. **Maria Celia Greghi** explica que no tocante ao CEO's
277 nestes 3 municípios consorciados, eles tinham dificuldade, sendo que Rolândia e um
278 município sede de microrregião, e os outros municípios em volta de Rolândia não tem
279 Centros odontológicos dentro das unidades como Londrina, logo, eles fizeram
280 convênios com Rolândia para que sua população seja atendida, e Rolândia neste
281 caso, solicitou ao consorcio que fizesse a licitação de insumos para ele, e como temos
282 estes 3 municípios maiores, foi feita uma licitação única para eles. **Greghi** finaliza e
283 diz que dentro da fonte da contratualização, o CEO não entra na contratualização com
284 o município de Londrina e é a parte, sendo somente compra de insumos para os 3
285 municípios citados, sendo que cabe aos municípios a organização do fluxo de
286 trabalho. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** diz que no tocante a questão da tabela
287 SUS, gostaria de propor que seja feita uma reunião entre os prestadores contratados
288 pelo município que prestem atendimento ao SUS, para discutir isso e trazer uma
289 proposta conjunta ao CMS. Outra questão é que muitas vezes esta se discutindo, o
290 funcionamento de uma organização sem conhecer em detalhes como ela funciona,
291 qual seu estatuto, ate para que se consiga avaliar melhor as mudanças, sendo que
292 muitas vezes se fica julgando, mas isso foi aprovado por alguém, até para
293 entendermos todo esse funcionamento e até onde o conselho poderia interferir.
294 Cantelmo sugere que os conselheiros verifiquem no site do Cismepar como funciona
295 esta prestação de contas, origem de recursos, quem participa de conselho, se tem
296 conselho fiscal, porque muitas vezes a intervenção do conselho vai ser com seu
297 gestor publico e como ele esta fazendo e exercitando esse poder de fiscalização, e até
298 que ponto a pessoa indicada pelo gestor não é a nossa instancia mais importante de
299 fiscalização. Dentro da discussão do regimento, uma das atribuições da executiva era
300 de verificar como o gestor de Londrina esta atuando dentro do Cismepar. A

301 conselheira **Maria Osvaldina Mello** diz que a solicitação junto ao conselho de
302 prefeitos deve ser em nome do CMS. Outra questão é que o Cícero fazia parte da
303 comissão de acompanhamento e nem sabia que havia sido demitido. A conselheira
304 **Mara Rossival** esclarece que não é contra o **Eliel** nem o conselho, mas o que disse é
305 que era uma atitude que deve ser tomada por todo o CMS. Mara diz que gostou muito
306 do posicionamento do Drº Fahd, pois a dificuldade para contratar os médicos existe
307 para todos. **Rossival** coloca que Londrina entra com R\$ 900 mil e todos os outros
308 municípios com R\$ 600 mil, logo, é obrigação deste conselho fiscalizar uma fatia
309 grande do dinheiro, ainda mais se está indo para pagar de forma diferente dos demais
310 prestadores. **Rossival** apoia a proposta do conselheiro Ildo, ainda mais com a fala de
311 que o conselheiro Cicero foi “mandado embora” do conselho, pois isso é um
312 desrespeito. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** coloca que o conselheiro **Cicero**
313 relatou na reunião passada que não era convocado para participar das reuniões. A
314 conselheira **Mara Rossival** diz que o CMS precisa saber o que ocorreu e saber o que
315 é o Cismepar, como funciona inclusive a conselheira Maria Celia poderia fazer uma
316 exposição, pois são R\$ 900 mil de recursos do município de Londrina. O conselheiro
317 **Antônio Escatambulo** solicita um relatório mais completo, pois é impossível ler e
318 examinar o relatório disponibilizado. **Drº Francisco Eugênio** em votação a proposta
319 do conselheiro **Eliel** de que seja solicitada ao Cismepar a participação de um
320 conselheiro usuário do CMS no conselho fiscal. A conselheira Maria Celia diz que no
321 conselho dos prefeitos, eles votam quem vão ser os nomeados e o prefeito de
322 Londrina indica o seu. **Drº Francisco Eugênio** coloca que uma coisa é um
323 representante do prefeito, outra é o representante do CMS. A conselheira **Adriana**
324 **Xavier Dorta** diz que o controle social não pode ser nomeado ou indicado por gestor,
325 isso inexistente. A conselheira **Joelma Aparecida** coloca que anteriormente era através
326 dos conselhos municipais, e é isso que este conselho municipal de Londrina esta
327 solicitando ao Cismepar, no sentido que de seja feita está modificação no estatuto,
328 pois agora o CISMENPAR é público-público e controle social quer participar ativamente
329 dentro do conselho fiscal, e é esta solicitação que o CMS quer que a diretora do
330 Cismepar leve até o conselho de prefeitos, inclusive este pedido também será feito a
331 nível de estado. **O conselho aprova a proposta do conselheiro Eliel.** **Drº Francisco**
332 **Eugênio** coloca em votação a proposta para que o CMS faça uma moção de repúdio
333 quanto à forma e maneira como o controle social foi excluído de participar do conselho
334 fiscal do Cismepar. **O conselho aprova a proposta.** **Drº Francisco Eugênio** coloca
335 em votação a proposta para que seja encaminhada uma comunicação ao Cismepar,
336 no sentido de que ele, assim como os demais prestadores, utilize a tabela SUS para o
337 pagamento dos procedimentos. **Drº Fahd** retira sua proposta e pede para que ela seja
338 incluída na proposta da conselheira **Ana Paula Cantelmo**. **Drº Francisco Eugênio**
339 coloca em votação a proposta para que seja feita uma reunião com os prestadores e
340 DRAS, para discutir a questão dos pagamentos e uniformização dos mesmos. **O**
341 **conselho aprova a proposta.** O conselheiro **Paulo Nicolau** coloca que sempre se
342 lutou por SUS e gestão plena, mais não conseguimos fazer nada, pois as normas já
343 vêm de cima, se fica engessado com a tabela e não se pode melhorar ao atendimento
344 a população, logo, essa reunião deve ser feita para equiparar e nivelar por cima e não
345 por baixo, pois a tabela SUS esta falida. Seguindo os trabalhos, é passado ao próximo
346 ponto de pauta: **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao**
347 **mês de fevereiro de 2013**. A diretora financeira da SMS, **Sandra Regina S Silva**, faz
348 uso da palavra e inicia a seguinte apresentação: **Prestação de Contas do FUNDO**
349 **MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao mês de FEVEREIRO/2013. FUNDO**
350 **MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ: 11.323.261/0001-69. ATENÇÃO BÁSICA –**

351 **Execução Financeira Orçamentária - Fonte 495.** Receitas acumuladas até Fev/13 –
352 R\$ 4.509.119,90. Despesas pagas até Fev/13 – R\$ 1.277.786,23. **SALDO - R\$**
353 **3.231.333,67.** Orçamento Previsto – R\$ 22.000.000,00. Orçamento executado – R\$
354 1.277.786,23. % de execução até Fev/13 – 5,81. **FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial**
355 **– R\$ 7.307.271,04.** Receita Acumulada até Jan/13 – R\$ 0,00. Receita no Mês – R\$
356 2.074.647,65. Receita extra – R\$ **0,00.** Total da Receita ano – R\$ 9.381.918,69.
357 Despesa paga até o mês anterior – R\$ 2.074.647,65. Receita no mês – R\$
358 2.434.472,25. Receita Extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 11.816.390,94.
359 Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 383.544,55. Despesa paga no mês
360 – R\$ 894.241,68. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 2.684,37.
361 Restos a pagar no mês – R\$ 1.379.568,45. Total Despesa no ano – R\$ 2.660.039,05.
362 **Saldo Financeiro – R\$ 9.156.351,89.** ATENÇÃO BÁSICA – 495 - DESPESA POR
363 ELEMENTO - FEVEREIRO/2013. Contratação por Tempo Determinado – R\$
364 366.619,38. Obrigações Patronais – R\$ 62.026,36. Material de Consumo – R\$ 700,00.
365 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física – R\$ 2.783,59. Locação de Mão-de-
366 Obra – R\$ 262.853,56. Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica – R\$
367 194.777,42. Obrigações Tributárias e Contributivas – R\$ 4.481,37. **TOTAL – R\$**
368 **894.241,68. Atenção Básica – 495 – RESTOS A PAGAR – DESPESA POR**
369 **ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Gasolina – R\$ 30.639,38. Gás Engarrafado – R\$
370 5.781,00. Gêneros Alimentícios para Copa e Cantina – R\$ 2.205,00. Outras Despesas
371 com Gêneros Alimentícios – R\$ 4.556,00. Material Farmacológico – R\$ 5.510,00.
372 Material Odontológico – R\$ 877,20. Material de Expediente – R\$ 2.853,99. Material de
373 Acondicionamento e Embalagem – R\$ 29.424,79. Material de Limpeza e Produção de
374 Higienização – R\$ 38.250,95. Material Para Manutenção de Bens Móveis – R\$
375 3.467,77. Material de Proteção e Segurança – R\$ 227,76. Material Laboratorial – R\$
376 168.591,35. Material Hospitalar – R\$ 23.946,75. Material de Consumo – Pagamento
377 Antecipado – R\$ 45,00. Medicamentos para Distribuição Gratuita – R\$ 169.235,57.
378 Outros Materiais de Distribuição Gratuita – R\$ 7.086,53. Locação de Imóveis – R\$%
379 2.609,37. Serviços Técnicos Profissionais – R\$ 2.898,27. Locação de Imóveis – R\$
380 38.000,00. Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos – R\$ 14.451,68.
381 Manut. e Conserv. De Bens Móveis de Outras Naturezas – R\$ 811,20. Fornecimento
382 de Alimentação – R\$ 600,00. Serviços Postais – R\$ 10.265,14. Impressos em Geral
383 de Uso Interno – R\$ 35.754,24. Transporte de Servidores – R\$ 3.402,43. Vigilância da
384 Saúde Pública – R\$ 100.054,24. Limpeza e Conservação da Saúde Pública – R\$
385 19.752,64. Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos – R\$ 1.495,08. Outros
386 serviços de Terceiros PJ – Pagamento Antecipado – R\$ 60,00. Demais Serviços de
387 Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 1.208,58. Veículos Diversos – R\$ 655.506,54.
388 **TOTAL: 1.379.568,45. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Execução Financeira**
389 **Orçamentária – FONTE – 496.** Receitas acumuladas até Fev/13 –R\$ 28.291.248,00.
390 Despesas pagas ate Fev/13 – R\$ 24.292.338,15. **SALDO - R\$ 3.998.909,85.**
391 Orçamento previsto – R\$ 168.000.000,00. Orçamento executado – R\$ 24.292.338,15.
392 % de execução até Fev/13 – R\$ 14,46. **FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$**
393 **1.118.275,69.** Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 15.003.488,40. Receita no
394 mês – R\$ 13.287.759,60. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$
395 29.409.523,69. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 5.406.872,61.
396 Despesa paga no mês – R\$ 18.885.465,54. Restos a pagar acumulado até o Mês
397 anterior– R\$ 520.055,08. Restos a pagar no mês – R\$ 145.768,01. Total Despesa no
398 ano – R\$ 24.958.161,24. **Saldo Financeiro – R\$ 4.451.362,45. – MÉDIA E ALTA**
399 **COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – FONTE: – 496. DESPESA**
400 **POR ELEMENTO - FEVEREIRO/2013.** Passagens e Despesas com Locomoção – R\$

3.000,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 18.879.600,54. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas – R\$ 2.865,00. **TOTAL: R\$ 18.885.465,54.**

RESTOS A PAGAR - DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013. Passagens para o País – R\$ 21.731,74. Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade – R\$ 114.774,05. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 9.008,72. Auxílio a Pessoas Físicas – Não Vinc. a Projetos Incentiv. – R\$ 253,50. **TOTAL: R\$ 145.768,01. VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Execução Financeira Orçamentária – FONTE 497.** Receitas acumuladas até Fev/13 – R\$ 559.071,90. Despesas pagas até Fev/13 – R\$ 27.549,85. **SALDO – R\$ 531.522,05.** Orçamento Previsto – R\$ 4.100.000,00. Orçamento executado – R\$ 27.549,85. % de execução até Fev/13 – R\$ 0,67. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial – R\$ 1.612.817,62. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 549.695,16. Receita no mês – R\$ 9.376,74. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 2.171.889,52. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 1.000,00. Despesa paga no mês – R\$ 26.549,85. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 13.546,29. Restos a pagar no mês – R\$ 765.056,75. Total Despesa no ano – R\$ 806.152,89. **SALDO FINANCEIRO – R\$ 1.365.736,63. DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Obrigações Patronais – R\$ 549,85. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 26.000,00. **TOTAL: 26.546,85. Vigilância em Saúde – 497 – RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Gasolina – R\$ 27.564,32. Material de Proteção e Segurança – R\$ 101.760,80. Outros Materiais de Distribuição Gratuita – R\$ 43.520,00. Passagens para o País – R\$ 674,84. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 26.000,00. Veículos Diversos – R\$ 565.536,79. **TOTAL: 765.056,75. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – Execução Financeira Orçamentária - FONTE 498.** Receitas acumuladas até Fev/13 – R\$ 499.040,89. Despesas pagas até de Fev/13 – R\$ 14.738,54. **SALDO – R\$ 484.302,35.** Orçamento previsto – R\$ 610.000,00. Orçamento Executado – R\$ 14.738,54. % de execução até Jan/13 – 2,42. **FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial – R\$ 4.371.553,01.** Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 242.812,77. Receita no mês – R\$ 256.228,12. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 4.870.593,90. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 14.738,54. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 1.240.066,33. Total Despesa no ano – R\$ 1.254.804,87. **SALDO FINANCEIRO – R\$ 3.615.789,03. DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 14.738,54. **RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Medicamentos para Distribuição Gratuita – R\$ 1.240.066,33. **TOTAL: GESTÃO DO SUS – EXECUÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA - FONTE 499.** Receita acumulada até Fev/13 – R\$ 120.064,50. Despesas pagas até Fev/13 – R\$ 4.000,00. **SALDO: R\$ 116.064,50.** Orçamento Previsto – R\$ 200.000,00. Orçamento executado – R\$ 4.000,00. % de execução até Fev/13 – R\$ 2,00. **FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial – R\$ 529.840,87.** Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 116.815,27. Receita no mês - R\$ 3.249,23. Receita Extra – R\$ 0,00. Total Receita ano – R\$ 649.905,37. Despesa paga acumulada até o mês anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês - R\$ 4.000,00. Restos a Pagar acumulado até o mês anterior - R\$ 0,00. Restos a pagar no mês - R\$ 19.311,60. Total Despesa no ano - R\$ 23.311,60. **Saldo Financeiro – R\$ 626.593,77. DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 4.000,00. **RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013 – Material Hospitalar - R\$ 727,60** Serviços e Proc. em Saúde de Média e Alta Complexidade – R\$ 16.000,00. Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos – R\$ 2.584,00. **TOTAL:**

451 **R\$ 19.311,60. OBRAS – Execução Financeira Orçamentária – Ftes.**
452 **352/353/356/500. Receitas acumuladas de Fev/13 – R\$ 1.432.103,46. Despesas**
453 **pagas até Fev/13 – R\$ 42.199,06. SALDO – R\$ 1.389.913,40. Orçamento previsto –**
454 **R\$ 11.206.000,00. Orçamento executado – R\$ 42.199,06. % de execução até Fev/13**
455 **– R\$ 0,38. FLUXO FINANCEIRO – Saldo Inicial - R\$ 1.420.926,12. Receita**
456 **acumulada até o mês anterior - R\$ 6.220,09. Receita no mês – R\$ 4.957,25. Receita**
457 **Extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 1.432.103,46. Despesa paga acumulada**
458 **até o mês anterior – R\$ 41.989,11. Despesa paga no mês – R\$ 209,95. Restos a**
459 **pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00.**
460 **Total Despesas no ano – R\$ 42.199,06. Saldo Financeiro – R\$ 1.389.904,40.**
461 **DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013 – FONTE 252 - Indenizações e**
462 **Restituições – UBS VILA BRASIL– R\$ 209,95. SERVIÇOS PRESTADOS – Execução**
463 **Financeira Orçamentária – FONTE 369. Receitas acumuladas até Fev/13 – R\$**
464 **1.911.904,47. Despesas pagas até Fev/13 – R\$ 907.926,39. SALDO – R\$**
465 **1.003.978,08. Orçamento previsto – R\$ 10.000.000,00. Orçamento executado – R\$**
466 **907.926,39. % de Execução até Fev/13 – R\$ 9,08. FLUXO FINANCEIRO – Saldo**
467 **Inicial – R\$ 2.232.185,84. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 956.452,92.**
468 **Receita no mês - R\$ 955.451,55. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$**
469 **4.144.090,31. Despesa paga até o mês anterior – R\$ 122.739,41. Despesa paga no**
470 **mês – R\$ 785.546,98. Restos a pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 0,00.**
471 **Restos a pagar no mês – R\$ 1.140.578,28. Total Despesas no ano – R\$ 2.048.864,67.**
472 **SALDO FINANCEIRO – R\$ 2.095.225,64. SERVIÇOS PRESTADOS – 369.**
473 **DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013. Material de Consumo - R\$**
474 **7.272,97. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R\$ 6.934,97. Outros**
475 **Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - R\$ 771.339,04. TOTAL: 785.546,98.**
476 **SERVIÇOS PRESTADOS – 369 – RESTOS A PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO**
477 **– FEVEREIRO/2013. Diesel – R\$ 9.988,55. Gás Engarrafado – R\$ 664,50. Outras**
478 **Despesas com Gêneros Alimentícios – R\$ 260,00. Material Farmacológico – R\$**
479 **339.009,72. Material de Copa e Cozinha – R\$ 2.096,86. Material de Limpeza e**
480 **Produção de Higienização – R\$ 46.705,00. Material para Manutenção de Bens**
481 **Imóveis – R\$ 7.492,20. Material Elétrico e Eletrônico – R\$ 3.777,10. Sementes, Mudas**
482 **de Plantas e Insumos – R\$ 18,75. Material Laboratorial – R\$ 327.752,16. Material**
483 **Hospitalar – R\$ 5.272,70. Material de Consumo – Pagamento Antecipado – R\$ 26,64.**
484 **Locação de Imóveis – R\$ 6.000,00. Fornecimento de Alimentação – R\$ 80.189,01.**
485 **Ser. E Proc. Em Saúde de Média e Alta Complexidade – R\$ 48.464,64. Limpeza e**
486 **Conservação da Saúde Pública – R\$ 262.853,56. Outros Serviços de Terceiros PJ –**
487 **Pagamento Antecipado – R\$ 6,89. TOTAL: R\$ 1.140.578,28. RECURSOS DO**
488 **TESOURO – Execução Financeira Orçamentária – FONTE: 001. Receitas**
489 **acumuladas até Fev/13 – R\$ 601.617,24. Despesas pagas até Fev/13 – R\$**
490 **488.588,65. SALDO – R\$ 113.028,59. Orçamento previsto – R\$ 3.000.000,00.**
491 **Orçamento executado – R\$ 488.588,55. % de execução até Fev/13 – R\$ 16,29.**
492 **FLUXO FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 14.350,55. Receita acumulada até o mês**
493 **anterior – R\$ 1.617,24. Receita no mês – R\$ 208,13. Receita extra acumulada até o**
494 **mês anterior – R\$ 300.000,00. Receita extra no mês – R\$ 300.000,00. Total da**
495 **Receita ano – R\$ 616.175,92. Despesa acumulada até o mês anterior – R\$**
496 **243.985,53. Despesa no mês – R\$ 244.603,02. Restos a pagar acumulado até o mês**
497 **anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano – R\$**
498 **488.588,55. SALDO FINANCEIRO – R\$ 127.587,37. DESPESA POR ELEMENTO –**
499 **FEVEREIRO/2013. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 186.409,42.**
500 **Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 17.975,41. Auxílio-Alimentação - R\$**

501 5.063,02. Obrigações Patronais – R\$ 33.741,67. Sentenças Judiciais – R\$ 1.144,20.
502 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 269,30. **TOTAL: R\$ 244.603,02.**
503 **DESPESA POR ELEMENTO – RESTOS A PAGAR – FEVEREIRO/2013 – R\$ 0,00.**
504 **RECEITAS VINCULADAS – Execução Financeira Orçamentária – FONTE – 303.**
505 Receitas acumuladas até Fev/13 – R\$ 28.526.689,69. Despesas pagas até Fev/13 –
506 R\$ 23.926.960,24. **SALDO – R\$ 4.599.729,45.** Orçamento Previsto – R\$
507 169.880.000,00. Orçamento Executado – R\$ 23.926.960,24. % de Execução até
508 Fev/13 – 14,08. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial – R\$ 4.404.083,50. Receita
509 acumulada até o mês anterior – R\$ 25.993,05. Receita no mês – R\$ 35.325,57.
510 Receita extra acumulada até o mês anterior – R\$ 14.061.271,56. Total da Receita ano
511 – R\$ 18.491.348,11. Receita extra no mês – R\$ 14.404.099,51. – Total da Receita ano
512 - R\$ 32.930.773,19. Despesa acumulada até o mês anterior – R\$ 10.087.434,15.
513 Despesa no mês – R\$ 13.839.526,09. Restos a pagar acumulado até o mês anterior –
514 R\$ 303.359,54. Restos a pagar no mês – R\$ 189.122,92. Total despesas no ano – R\$
515 24.419.442,70. **SALDO FINANCEIRO: 8.511.330,49. DESPESA POR ELEMENTO –**
516 **FEVEREIRO/2013.** Salário Família – R\$ 300,80. Vencimentos e Vantagens Fixas –
517 Pessoal Civil – R\$ 727.546,99. Obrigações Patronais – R\$ 790,43. Outras Despesas
518 Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 8.478,13. Auxílio Alimentação – R\$ 76.352,59.
519 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado – R\$ 12.208,27. Obrigações
520 Patronais – R\$ 244.096,02. Contratação por Tempo Determinado – R\$ 1.122.315,46.
521 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 5.042.498,94. Obrigações
522 Patronais – R\$ 248.076,91. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$
523 170.508,67. Auxílio Alimentação – R\$ 301.400,93. Obrigações Patronais – R\$
524 703.758,97. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R\$ 4.698,54. Outros
525 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 22,21. Despesas de Exercícios
526 Anteriores – R\$ 6.045,00. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil –
527 3.604.923,65. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 532.067,92. Auxílio
528 Alimentação – R\$ 176.346,83. Obrigações Patronais – R\$ 517.006,48. Outros
529 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 210.606,91. Vencimentos e Vantagens
530 Fixas – Pessoal Civil – R\$ 113.360,61. Auxílio Alimentação – R\$ 2.392,55. Obrigações
531 Patronais – R\$ 13.441,16. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil – R\$ 281,12.
532 **TOTAL: R\$ 13.839.526,09. RECEITAS VINCULADAS – 303 – RESTOS A PAGAR.**
533 **DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Pessoal Requisitado de Outros
534 Órgãos – R\$ 12.208,27. Gás Engarrafado – R\$ 17.100,00. Gêneros Alimentícios para
535 Copa e Cantina – R\$ 264,96. Material Hospitalar – R\$ 90,43. Material de Distrib.
536 Gratuita para a Assistência Social – R\$ 50.839,20. Medicamentos para Distribuição
537 Gratuita – R\$ 14.713,19. Material para Distribuição Gratuita em Programa de
538 Assistência Social – R\$ 1.315,77. Outros Materiais de Saúde para Distribuição
539 Gratuita – Outras Fontes – R\$ 1.380,00. Locação de Imóveis – R\$ 934,97. Aparelhos,
540 Equipamentos e Utensílios Médicos – R\$ 67.596,30. Aparelhos e Utensílios
541 Domésticos – R\$ 6.125,45. Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto – R\$ 5.608,84.
542 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos – R\$ 5.425,54. Mobiliário em Geral –
543 R\$ 5.520,00. **TOTAL: R\$ 189.122,92. TAXAS EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA.**
544 **Execução Financeira Orçamentária – FONTE: 510.** Receitas acumuladas de Fev/13
545 – R\$ 10.465,78. Despesas pagas de Fev/13 – R\$ 12.684,87. **SALDO – R\$ - 2.219,09.**
546 Orçamento previsto – R\$ 1.435.000,00. Orçamento executado – R\$ 12.684,87. % de
547 execução até Fev/13 – R\$ 0,88. **FLUXO FINANCEIRO:** Saldo Inicial – R\$
548 1.001.487,79. Receita acumulada até o mês anterior – R\$ 5.840,38. Receita no mês –
549 R\$ 4.625,40. Receita Extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 1.011.953,57.
550 Despesa acumulada até Fev/13 – R\$ 0,00. Despesa no mês – R\$ 12.684,87. Restos a

551 pagar acumulado até o mês anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$
552 40.450,13. Total Despesa no ano – R\$ 53.135,00. **SALDO FINANCEIRO: R\$**
553 **958.818,57. DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2013.** Material de Consumo
554 – R\$ 8.173,92. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 4.510,95.
555 **TOTAL: R\$ 12.684,87. RESTOS A PAGAR – DESPESA POR ELEMENTO –**
556 **FEVEREIRO/2013.** Etanol – R\$ 611,97. Gasolina – R\$ 20.468,12. Diesel – R\$ 592,60.
557 Material para Manutenção de Bens Móveis – R\$ 5.712,14. Material de Proteção e
558 Segurança – R\$ 12.614,40. Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos
559 – R\$ 450,90. **TOTAL: R\$ 40.450,13. CENTRO DE REFÊNCIA À SAÚDE DO**
560 **TRABALHADOR – CEREST.** Execução Financeira Orçamentária – **Fonte – 340.**
561 Receitas acumuladas de Fev/13 – R\$ 0,00. Despesas pagas de Fev/13 – R\$ 0,00.
562 **Saldo – R\$ 0,00. FLUXO FINANCEIRO -** Saldo Inicial – R\$ 314.341,49. Receita
563 acumulada até o mês anterior – R\$ 0,00. Receita no mês – R\$ 0,00. Receita extra -
564 R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 314.341,49. Despesa paga até o mês anterior - R\$
565 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado até o mês anterior
566 – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 73.716,00. Total despesas no ano – R\$
567 73.716,00. **Saldo Financeiro – R\$ 240.625,49. CONVÊNIO 4888/2005 –**
568 **QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO.** Execução Financeira Orçamentária – **FONTE – 347.**
569 Receitas acumuladas de Fev/13 – R\$ 4.046,41. Despesas pagas de Fev/13 – R\$ 0,00.
570 **SALDO: – R\$ 4.046,41. FLUXO FINANCEIRO -** Saldo Inicial - R\$ 690.683,33. Receita
571 acumulada até o mês anterior – R\$ 4.046,41. Receita no mês – R\$ 3.313,36. Receita
572 extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano – R\$ 698.043,10. Despesa paga até o mês
573 anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês – R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado até o
574 mês anterior – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00. Total Despesas no ano –
575 R\$ 0,00. **Saldo Financeiro – R\$ 698.043,10. PRÓ-SAÚDE MS LONDRINA –**
576 **Execução Financeira Orçamentária – FONTE – 349.** Receitas acumuladas de Fev/13
577 – R\$ 0,00. Despesas pagas de Fev/13 – R\$ 0,00. **Saldo – R\$ 0,00. FLUXO**
578 **FINANCEIRO: Saldo Inicial – R\$ 57.538,69.** Receita acumulada até o mês anerior –
579 R\$ 0,00. Receita no mês – R\$ 0,00. Receita extra – R\$ 0,00. Total da Receita ano –
580 R\$ 57.538,69. Despesa paga até o mês anterior – R\$ 0,00. Despesa paga no mês –
581 R\$ 0,00. Restos a pagar acumulado – R\$ 0,00. Restos a pagar no mês – R\$ 0,00.
582 Total Despesas no ano – R\$ 0,00. **Saldo Financeiro – R\$ 57.538,69. RECURSOS**
583 **SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE – VALORES MENSASIS. Recursos**
584 **Incorporados no Teto (Via incentivos ou Contratos com Prestadores) do**
585 **Município.** DESTINAÇÃO: HOFTALON (ref. Ivaiporã cf. 3ª CIB) – Pactuações
586 c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$ 24.922,62. **TOTAL:**
587 **R\$ 24.922,62.** Clín. Psiq. de Londrina – Complementação diária internação de adultos
588 e adolescentes – R\$ 126.070,11. **TOTAL: R\$ 126.070,11.** H.Z.N. e H.Z.S. – Incentivo
589 para melhoria de qualidade – R\$ 170.000,00. **TOTAL: R\$ 170.000,00.** CISMENPAR –
590 Incentivo para melhoria de qualidade – R\$ 30.000,00. Incremento aos Consórcios de
591 Saúde implement. e manut. da oferta da assistência da área de especialidades
592 médicas – R\$ 50.000,00. **TOTAL: R\$ 80.000,00.** TETO MAC DE LONDRINA –
593 Pactuações c/outras regionais para oferta de procedimentos de M.A.C. – R\$
594 35.046,25. **TOTAL: R\$ 35.046,25. Média e Alta Complexidade estadual – TOTAL:**
595 **R\$ 0,00. SAMU – TOTAL: R\$ 0,00. TOTAL: Pactuações c/outras regionais para**
596 **oferta de procedimentos de M.A.C. R\$ 59.968,87.** Complementação diária internação
597 de adultos e adolescentes – R\$ 126.070,11. Incentivo para melhoria de qualidade –
598 **R\$ 200.000,00.** Incremento aos Consórcios de Saúde implemente. E manut. da oferta
599 da assistência da área de especialidades médicas – R\$ 50.000,00. **TOTAL: R\$**
600 **436.038,98. INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO EM SAÚDE - FEVEREIRO/13. COM**

601 **RECURSOS ESTADUAIS INCORPORADOS NO TETO MUNICIPAL - FONTE:**
602 001 - Receita Orçamentária – R\$ 208,13. Receita Extra-Orçamentária – R\$
603 300.000,00. **TOTAL: R\$ 300.208,13.** FONTE: 303 – Receita Orçamentária – R
604 35.325,57. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 14.404.099,51. **TOTAL: R\$**
605 **14.439.425,08.** FONTE: 510 – Receita Orçamentária – R\$ 4.625,40. Receita Extra-
606 Orçamentária – R\$ 0,00. **TOTAL: R\$ 4.625,40. TOTAL: Receita Orçamentária – R\$**
607 **40.159,10. Receita Extra-Orçamentária – R\$ 14.704.099,51. TOTAL: R\$**
608 **14.744.258,61. RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ORIGEM:**
609 **NÍVEL DE GOVERNO: UNIÃO (MS) – R\$ 16.558.928,22. PERCENTUAL – 52,17%.**
610 **ESTADO – R\$ 436.038,98. PERCENTUAL – 1,37%. MUNICÍPIO (Londrina) – R\$**
611 **14.744.258,61. PERCENTUAL – 46,46%. TOTAL: R\$: 31.739.225,81. –**
612 **PERCENTUAL: TOTAL: 100,00%.** Sandra encerra a apresentação. Na sequencia, a
613 secretária executiva do CMS faz a leitura da ata da Comissão do Fundo: **FUNDO**
614 **MUNICIPAL DE SAÚDE.** “Aos onze dias do mês de julho de dois mil e treze, às
615 quatorze horas, reuniu-se nas dependências da Prefeitura do Município de Londrina,
616 Avenida Duque de Caxias, 635 os membros da Comissão encarregada de acompanhar
617 e fiscalizar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde através do relatório
618 Administrativo-financeiro referente ao mês de FEVEREIRO/2013. Estiveram presentes
619 os seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde: Lázara Regina Rezende,
620 Paulo Fernando Moraes Nicolau, Natal de Oliveira, Wagner Aguiar Almeida, Marcia
621 Zambrim, Janaina Mazzer Salinet, Ildo Ioris e os seguintes representantes do Fundo
622 Municipal de Saúde: Sandra Regina dos Santos Silva-coordenadora do Fundo
623 Municipal De Saúde, Izaias Ribeiro dos Santos Junior- Tesoureira do Fundo Municipal
624 de Saúde (em exercício), Rafael Augusto Casaroto – Secretário do Fundo Municipal
625 de Saúde. Estiveram presente também os seguintes diretores e gerentes: Marcus
626 Felipe P. Guanaes-Diretoria de Serviços Especiais em Saúde; Maria de Fatima
627 Tomimatsu-Diretora de Auditoria, Controle, e Avaliação e Irineu Cremasco Junior-
628 Assessor Diretoria de Logística e Manutenção em Saúde; A reunião foi iniciada com
629 uma solicitação do Ildo sobre os atrasos na prestação de contas. A diretora Sandra
630 explica que o sistema contábil não estava fornecendo os relatórios da mesma forma
631 que se tinha no ano passado. Esta diretora explica que após modificações no sistema,
632 permitiriam a emissão do relatório do mês de fevereiro, e pergunta se este formato do
633 relatório está atendendo a necessidade de prestação de contas e o entendimento. Os
634 conselheiros afirmam que sim. A CONSELHEIRA Lázara solicita uma maior
635 explicação sobre o relatório apresentado para prestação de contas do fornecimento de
636 gás engarrafado. Doutora Fátima relembra a explicação da Diretora Ângela e do
637 Diretor de Atenção primária na época, Rodrigo já feita em reunião anterior sobre o
638 fornecimento do gás. Sandra explica que estes gastos também estão sendo
639 acompanhado pelo GMD-(GESTÃO MATRICIAL DE DESPESAS). Janaina questiona
640 desde quando o GMD está neste acompanhamento. Doutora Fátima explica que o
641 prefeito Kireeff institucionalizou este projeto na prefeitura dando continuidade a um
642 trabalho que havia sido desempenhado já pelo INDG na saúde com um plano de ação
643 em áreas que existem altos gastos ou até controle deficitário, de forma que estes
644 controles estão sendo bem clareados. Janaina sugere que seja explicado esta nova
645 sistematização pelo pessoal do GMD na plenária do Conselho. Ildo sugere, que seja
646 feita uma explicação ampla sobre o funcionamento da GMD. Ildo irá encaminhar para
647 ponto de pauta na próxima reunião executiva. Na pagina 02 o conselheiro Natal
648 questiona sobre a conta Manutenção de bens Móveis sobre a manutenção e
649 conservação de bens móveis. Sandra explica que na página 05 tem o detalhamento
650 desta despesa. Wagner questiona sobre gêneros de limpeza e higiene pessoal para

651 *copa e cozinha que existem reclamações nas UBS de que tem chegado com muito*
652 *atraso. Doutora Fátima questiona estes estão sendo pedidos dentro da cota de cada*
653 *UBS e estão sendo pedidos no prazo. Este conselheiro diz que sim. O assessor da*
654 *DLMS Irineu, explica que existe um kit que é encaminhado mensalmente as UBS,*
655 *caso falte algum material, as UBS devem encaminhar a solicitação via e-mail ao*
656 *almoxarifado. Wagner sugere que seja feito um levantamento também na UBS para*
657 *verificar se estão havendo desperdícios. Na página 03 o conselheiro Ildo questiona a*
658 *respeito do valor destinado a atenção básica se são só para as UBS. Sandra explica*
659 *que todo esse recurso é destinado para aplicação na atenção básica, inclusive para*
660 *pagamento da folha de servidores e dos contratos temporários. Na página 03 o*
661 *conselheiro Wagner, questiona sobre a reforma das UBS. Sandra explica que a*
662 *Diretoria de planejamento cadastrou no site do ministério da saúde 17 unidades de*
663 *saúde para reforma, e foram contempladas 17 e esta receita se refere ao recurso para*
664 *essas reformas. Na pagina 04 o conselheiro Ildo pergunta sobre o pagamento ao*
665 *DETRAN. Sandra explica que são pagamentos de licenciamentos e seguros*
666 *obrigatório dos carros destinados á atenção básica. O conselheiro Wagner questiona*
667 *sobre a empresa horse a que tipo de serviço se refere. Sandra explica que esta*
668 *empresa é prestadora de serviços de manutenção em informática para o município*
669 *todo. Lazara questiona sobre o funcionamento do pagamento deste serviço uma vez*
670 *que presta serviço para todas as secretarias. Sandra explica que cada secretaria paga*
671 *a sua parte dos serviços prestados. Janaina questiona se existe algum setor*
672 *responsável dentro da prefeitura. Sandra explica que na prefeitura existe a DTI. Ildo*
673 *questiona sobre as compras de medicamento e os pagamentos aos laboratórios*
674 *prestadores de serviço se são todos por licitação. Sandra diz que os medicamentos*
675 *sim. Quanto aos laboratórios, estes são credenciados SUS, não há contratualização.*
676 *Este conselheiro questiona ainda sobre os 5 pagamentos á H.A.S Imóveis se foi pago*
677 *em atraso e se houve multa. Sandra apresenta a cópia dos pagamentos, e explica que*
678 *o município não paga multa por atraso. O servidor Izaías apresenta os documentos e*
679 *explica que a emissão da posse do imóvel se deu no dia 1º de setembro, porém*
680 *devido a divergência com a gestão Pública só foi possível realizar o empenho*
681 *posteriormente, sendo pago os meses anteriores de uma só vez. A conselheira Marcia*
682 *questiona sobre o pagamento da pagina 07 a empresa metronorte. Sandra explica que*
683 *se refere a aquisição dos 26 veículos(Celta) com recursos do PROESF para as*
684 *equipes de PSF.O conselheiro Ildo pede esclarecimento sobre a receita oriunda do*
685 *município de Ibiporã. Doutora Fatima explica que é referente ao rateio do SAMU*
686 *regional, e que existe municípios que ainda não repassaram estes valores que foram*
687 *previstos para repasses ao município de Londrina, e que esses municípios terão que*
688 *prestar contas ao tribunal sobre estes repasses. O conselheiro Ildo questiona ainda*
689 *sobre o valor da pagina 14,FMS-AIDS utilizado 83.000,00 a que se refere. Sandra*
690 *explica que foi utilizado para compra de veículos e de cestas básicas e para*
691 *pagamento da casa de Maria conforme descrito na pagina 16.Janaina questiona sobre*
692 *o pagamento da página 16 referentes a EPI´s da empresa Mérito comercio e serviços*
693 *LTDA e solicita esclarecimentos também sobre a empresa Reta Máxima. Os*
694 *pagamentos foram apresentados a esta conselheira e aos demais conselheiros com o*
695 *detalhamento das despesas, sendo que a primeira se refere a aquisição de*
696 *equipamentos de segurança e a segunda veículos utilitários. Na pagina 29 o*
697 *conselheiro Ildo pede esclarecimentos sobre os valores recebidos como serviços*
698 *hospitalares. Doutora Fatima explica que a Autarquia também é prestadora de*
699 *serviços a exemplo da maternidade, e outros serviços de média complexidade e esses*
700 *valores é repassados pelo FMS a fonte 369. Na página 36 o conselheiro Ildo*

701 *questiona sobre a conta contábil “Ingresso” da PML no valor de 28 milhões, e*
702 *pergunta como esses valores são calculados. Sandra explica que existe um*
703 *cronograma de Receitas e despesas mensais. Na página 40 o conselheiro Natal*
704 *questiona sobre o pagamento descrito de forma incompleta CENTRO DE*
705 *ASSISTENCIA E RECUPERAÇÃO DE....Sandra apresenta o pagamento e este se*
706 *refere ao pagamento ao CENTRO DE ASSISTENCIA E RECUPERAÇÃO DE VIDAS*
707 *MORADA DE DEUS. A reunião é encerrada as dezesseis e trinta e oito minutos. Com*
708 *exceção do conselheiro Natal, a comissão do FMS é de parecer favorável a aprovação*
709 *de contas do mês de fevereiro, com ressalvas constantes neste ata, inclusive a pedido*
710 *de vistas e análise das NF’s do por este conselheiro referentes as empresas*
711 *DISELETRO, COELHOS, E J. CORTEPASSI, sendo fornecidas as cópias ao final da*
712 *reunião. Londrina, onze de julho de 2013. A conselheira **Maria Osvaldina Mello***
713 *questiona que houve duas vezes o pagamento de R\$ 26 mil para a Casa de Maria.*
714 ***Sandra Regina** explica que como em janeiro havia um problema com o sistema, em*
715 *fevereiro acabou se pagando referente a dois meses. O conselheiro **Eliei Joaquim***
716 ***Santos** coloca que está preocupado, pois esteve verificando em ata passada, quando*
717 *veio ate o conselho o procurador para explicar sobre o contrato de conserto dos*
718 *carros. Ocorre que é preciso discutir novamente este assunto, pois não pode aprovar*
719 *algo que não está claro, sendo que lá atrás as contas quase foram reprovadas por*
720 *conta disso, e parece que o responsável por este ponto não mandou o relatório e nem*
721 *disse por que esteve no CMS, e de conversa já está cheio, pois o que quer é ação.*
722 *Desde que chegou ao conselho tem notado o respeito que os CMS têm com a*
723 *Comissão do Fundo, que são pessoa serias e querem o melhor para a saúde de*
724 *Londrina. **Eliei** continua e diz que fica muito preocupado quando chega uma*
725 *discussão desta ao CMS, com os conselheiros tendo de aprovar algo que não está*
726 *certo entre os conselheiros, do contrário, vamos começar a reprovar as contas aqui*
727 *dentro, e isso não vai ficar bom para o CMS, gestor e muito menos para os usuários*
728 *que vão sofrer as consequências disto. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** diz que*
729 *gostaria de demonstrar seu desanimo cada vez que tem de vir na reunião do CMS, e*
730 *isso se deve a inúmeros fatores. Enquanto representante do seguimento dos usuários,*
731 *inclusive como usuária do SUS, observa a prestação de contas que traz que vários*
732 *valores foram gastos com a saúde, e vê ainda o secretario falando na imprensa que*
733 *vários médicos estão sendo substituídos, sendo que quando se procura a UBS é*
734 *mentira, pois sua UBS esta sem nenhum médico, aliás, somente com o pediatra*
735 *atendendo, isso na UBS do Milton Gavetti. **Adriana** continua e diz que quando vai*
736 *solicitar o atendimento do administrativo da UBS, que também tem trabalho*
737 *“esporádico”, um dia trabalha de manha, outro dia de tarde, outro dia nem trabalha,*
738 *deixando o usuário do SUS perdido, sendo que as contas estão sendo pagas, os*
739 *funcionários estão recebendo. A pessoa procura o atendimento médico e não UBS*
740 *não tem, aí encaminham para um pronto atendimento e a pessoa fica lá o dia todo*
741 *para receber o mínimo de atendimento, sendo que você sai de lá com um*
742 *encaminhamento de solicitação de exame, pois seu caso ele não consegue detectar,*
743 *só de fazer de conta que te olha, uma vez que ele nem te põe à mão, e ai você retorna*
744 *para unidade básica, que está nesse “bololo”, desde falta de copinhos descartáveis,*
745 *papel higiênico que nunca tem, ou seja, falam que tem tudo, no entanto, não sabe o*
746 *que acontece, pois quando o usuário vai ate a UBS ele não enxerga isso, e o usuário*
747 *a qual se refere é ela própria. Adriana continua e diz que quando tem um denuncia ou*
748 *uma reclamação, vem, fala e assume o ônus do que vier contra ela, porque sabe o*
749 *que esta falando e não esta brincando, pois infelizmente, as pessoas têm reclamações*
750 *mil e não tem coragem de reclamar por inúmeros fatores, como o medo de retornar a*

751 sua UBS e não ter o atendimento que necessita, medo de ser hostilizado dentro da
752 unidade. Hoje teve de presenciar senhoras de idade chamando a Radio Brasil Sul
753 para se queixar do atendimento prestado pela UBS Milton Gavetti. Adriana diz que
754 para sua tristeza, ontem teve de ir até a UBS marcar um exame para descobrir o que
755 tem, já que esta sentindo fortes dores no abdômen e na caixa torácica, sendo que tem
756 miocárdiopatia constatada, fora isso tem HIV, e ao chegar ontem para agendar, o
757 administrativo não está trabalhando, tem então de engolir sua ânsia e necessidade de
758 atendimento e volta hoje como foi orientada, porém, quando chega à UBS recebe a
759 fatídica notícia que o seu pedido não funciona, o que significa que ele não funciona
760 porque ele esta incompleto, diante disso, gostaria de perguntar onde está a rede de
761 sistematização de saúde do nosso município, se todos não falam a mesma língua, não
762 trabalham da mesma maneira e o usuário acaba sem atendimento. Adriana prossegue
763 e diz que fica desconfortável de ser, e fica feliz em saber que há pessoas idôneas, até
764 que lhe provem o contrário, avaliando a prestação de contas, até mesmo para clarear
765 um pouco algumas duvidas, as quais acabam sendo sanadas pelos membros da
766 comissão, que questionam e recebem a devolutiva, por conta disso e de muito mais. O
767 que a gente faz com esse monte de números, e pode chegar a um usuário do SUS e
768 mostrar que o município de Londrina honrosamente vem pagando as contas nesse
769 montante, para isso e aquilo, que qualquer um vai questionar que está sendo pago
770 para que, e é a mesma pergunta que gostaria de fazer. **Drº Francisco Eugênio**
771 coloca que esta feita a denuncia da avaliação da prestação de contas e as queixas
772 individuais serão encaminhadas para ouvidoria e DAPS. O conselheiro **Ildo Ioris** diz
773 que até entende algumas colocações e algumas questões levantadas, e aqui estamos
774 falando exatamente da questão do processo da Araguaia Turbo Diesel, e até entende
775 que há documentos que comprovam que é a mesma empresa, que só mudou a razão
776 social, no entanto, parte do principio legal, e pode até achar que não é moral isso aqui,
777 mas parte do principio legal e entende que foi feita uma denuncia ao MP, feito um
778 levantamento pela procuradoria do município, esta em andamento um processo, e não
779 está fazendo defesa do município e que isso fique bem claro, mas é uma questão
780 legal, e nessa parte, como membro da comissão, entende que aquilo que foi
781 apresentado já foi auditado, levantado e não vê irregularidade na legalidade da
782 questão, mas isso é um posicionamento seu. **Drº Francisco Eugênio** diz que entende
783 a posição do conselheiro Eliel e do conselheiro Natal nesta questão, mas corrobora
784 com a fala do Ildo no sentido de que da parte da saúde, as contas da saúde, a
785 utilização das contas e formas e pagamentos estão perfeitamente lícitos, e, se há
786 problemas na licitação feita pela gestão e na habilitação de empresas, isso não é de
787 competência da saúde, e quando se é contrario ou não a conta, não quer dizer que a
788 saúde está utilizando o dinheiro de forma errada, e a empresa licitada foi esta, mas,
789 existe a denúncia ao MP e a corregedoria e estes processos estão em andamento, e o
790 secretário não pode fazer mais nada além de pedir que seja feita outra licitação e
791 outras formas de aquisição de produtos, mas isso ainda depende do andamento dos
792 processos de compra dentro da Gestão Municipal, e isso tudo deve ficar bem claro, do
793 contrario, fica parecendo que o secretário de Saúde concorda com isso ou aquilo, faz
794 algo de proposito, sendo que também acha que a situação não esta confortável, por
795 isso mesmo, já pediu para a secretaria de Gestão um novo processo licitatório a
796 respeito disso, até mesmo forma de contratação e compra de peças, mas o que esta
797 sendo feito é que, dentro da legalidade, se está seguindo perfeitamente aquilo que é
798 legal dentro da licitação e do contrato firmado. O conselheiro **Ildo Ioris** questiona que
799 no relatório da comissão apareceu os rendimentos de aplicação, no entanto, neste
800 relatório apresentado ao CMS isso não apareceu, por exemplo, na conta do CEREST

801 e PROSAUDE. O servidor **Jadir Guimaraes** explica que todos os recursos são
802 aplicados, e, por uma questão contábil, os rendimentos desta conta são apropriados
803 de outra conta e estão rendendo, porque não existe essa fonte no orçamento deste
804 ano, logo, para contabilmente ser apropriado, isso é feito em outra conta existente,
805 inclusive o rendimento pode até ser demonstrado ser for o caso. **Ildo** coloca que seria
806 interessante demonstrar, já que antes isso era apresentado. A conselheira **Maria**
807 **Célia Gregghi** pede um esclarecimento a respeito do item – RECURSOS DA
808 SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/VALORES MENSIS/INCENTIVO PARA
809 MELHORIA DA QUALIDADE NO HZN & HZS (R\$ 170 MIL) E CONSORCIO (R\$ 30
810 MIL). **Gregghi** questiona que o valor que vem para os 2 hospitais é de R\$ 70 mil e não
811 170 mil. **Sandra Regina** responde que foi um erro de digitação e realmente o valor é de
812 70 mil. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** faz uso da palavra e diz que que no
813 tocante ao recorrente assunto da Araguaia, se lembra que o secretário de Gestão, Srº
814 Rogerio Dias, esteve no CMS, e não ocasião o conselho teve a oportunidade de
815 observar o contrato, e chegou a conclusão que o Ildo colocou de que, por mais
816 desconfortável que fosse, não havia ilegalidade, no entanto, foi observado também
817 que dentro do contrato existem mecanismos que permitem a avaliação da correção
818 dos serviços prestados, se os valores pagos estão adequados. É preciso observar se
819 todos estes dispositivos do contrato estão sendo seguidos por parte do gestor, se as
820 peças retiradas estão sendo fiscalizadas, ou seja, existem outros mecanismos para se
821 utilizar até que outra empresa seja contratada, de maneira a diminuir este desconforto
822 e não ficar o parecer da comissão e com um membro pendente, pois isso não é
823 saudável, já que é estranho se aprovar algo que vem com uma ressalva. Cantelmo
824 sugere que a Comissão do Fundo verifique os aspectos contábeis dentro desse
825 contrato, pois possivelmente deve haver laudos juntados com relação a todas as
826 exigências previstas no contrato com a segunda empresa, se todas estas rotinas de
827 emissão de laudos, se o fiscal do município esta emitindo um parecer favorável, pois o
828 contrato era bem respaldado, pois se tudo que estiver no contrato estiver sendo feito
829 pelas partes e isso for constatado, isso pode dar mais segurança ao CMS em relação
830 ao assunto. **Drº Francisco Eugênio** responde que as notas do que foi feito são
831 verificadas pelo gestor do contrato, assinadas no verso e depois assinadas pelo
832 diretor da área. Eugenio coloca que a situação não é confortável e por ele já podia ter
833 mudado de empresa, mas a licitação de serviços ainda não está na SMS, e assim que
834 estiver isso será feito, tanto é que as constatações que o Srº Natal fez a respeito de
835 ser a mesma empresa é algo que se sabe e não precisa ninguém dizer, pois foi
836 mudada somente a razão social, mas infelizmente a SMS ainda não pode fazer estas
837 alterações. O contrato é de um ano, mas se a licitação for feita o rompimento será
838 antes deste período. A conselheira **Lazara Regina Resende** questiona se o
839 fornecimento de alimento descrito na pagina 30 é referente à empresa Lá Francine, a
840 qual foi suspensa. **Sandra Regina** explica que a Lá Francine não foi suspensa, o que
841 foi suspenso foi o fornecimento de coffee break, pois o contrato de fornecimento de
842 alimentação para as UPA's, Caaps e Maternidade não foi suspenso e continua
843 vigente. **Drº Francisco Eugênio** explica que são refeições para os pacientes, café da
844 manhã, almoço, café da tarde, janta e ceia. **Lazara** questiona a respeito da suspensão
845 de fornecimento de gasolina pelo posto Carajás. **Sandra** explica que foi suspenso pela
846 gestão pública e é outro posto que está fornecendo atualmente. Sandra explica que o
847 posto parou de fornecer gasolina porque algumas secretarias estavam devendo para o
848 posto, e como eles se recusaram a fornecer para todas as secretarias, a gestão
849 autuou a empresa e suspendeu. **Lazara** coloca que este tipo de coisa acaba
850 denegrindo a imagem de toda prefeitura, a SMS acaba prejudicada por conta de outro

851 órgão, e quando se abre licitação ninguém aparece porque é da PML, acarretando em
852 prejuízo para todos. **Drº Francisco Eugênio** coloca que o que esta se buscando é a
853 AMS realizar suas próprias licitações, com uma maior autonomia de atividade, isso
854 inclusive é uma orientação do próprio CMS. **Lazara** expõe seu constrangimento em
855 aprovar as contas com todo o problema relacionado à empresa Araguaia, pois é algo
856 que compromete todo o CMS. **Sandra Regina** informa que a prestação de contas da
857 SMS tem sido aprovada no Tribunal de Contas do Estado. **Drº Francisco Eugênio**
858 reafirma que do ponto de vista contábil não há nada irregular, poderia também estar
859 do ponto de vista moral, mas ainda não compete a SMS fazer a licitação, e o que
860 compete à saúde está sendo feito de forma honesta, licita e transparente, mas, em
861 seu entendimento, o anterior, a forma ou a ação desta empresa não é de
862 responsabilidade da SMS e do CMS. **Lazara** coloca que todos estão vendo toda
863 historia que o país está passando e tem muita coisa que tudo bem perante a lei, mas a
864 população está se manifestando, pois moralmente muitas coisas não estão corretas, e
865 o CMS está na mesma situação e não deve concordar com tudo só porque esta legal.
866 A conselheira **Adriana Xavier Dorta** coloca que o CMS aprovou na época do
867 secretario anterior, que a compra de medicamentos seria realizada através de um
868 consorcio, diante disso, gostaria de saber quem está responsável por esta compra,
869 como está a dispensação da lista básica para as UBS's, pois quando reclama que
870 esta faltando medicamento a resposta é que não está faltando, mas se a pessoa vai
871 buscar e não tem é porque esta em falta. **Adriana** cita os exemplos de dois
872 medicamentos em falta na UBS: Lazartana 50mg e Omeprazol. **Adriana** questiona se
873 a alimentação da UPA é para os funcionários. **Sandra** responde que é para os
874 pacientes que ficam internados na UPA ate ser transferidos para o hospital. **Drº**
875 **Francisco Eugênio** explica que como a empresa já fornecia alimentação para os
876 CAPS's e Maternidade, foi feito um aditivo para fornecimento para a UPA. **Sandra**
877 explica que quando questiona qual medicamento está em falta é no sentido de pode
878 cobrar o setor responsável. **Drº Francisco Eugênio** coloca que quando alguém fala
879 que está faltando medicamento, pergunta qual é para poder dar uma justificativa ou
880 ver se há em outro local para arrumar para onde esta faltando. Eugenio explica que
881 Londrina aderiu ao consorcio Paraná Saúde, mas, o inicio do fornecimento somente
882 se dará agora no segundo semestre, pois embora Londrina tenha entrado no inicio do
883 ano, o consorcio tem uma programação e não foi possível incluir o município no 1º
884 semestre. No tocante aos medicamentos citados, a empresa fornecedora não
885 entregou na licitação, pois não dá para licitar medicamento por medicamento e são
886 licitados todos os medicamentos, senão o TC questiona por fracionamento de
887 licitação, sendo que o Omeprazol a empresa não forneceu, é dado mais 30 dias com
888 auido para ela fornecer, depois mais 30 dias para fornecer com multa, e se ela desistir
889 se aciona a compra. Eugenio informa que os medicamentos já estão na Centofarma.
890 **Adriana** informa que os 2 medicamentos estão em falta na UBS Milton Gavetti. **Drº**
891 **Francisco Eugênio** coloca que esta se esperando e ate correndo o risco de ter
892 fracassado novamente, é a compra dos computadores, pois ai pode se colocar estes
893 equipamentos nas unidades, com o histórico de medicamentos, sendo possível
894 localizar onde não tem, onde está sobrando e pode ser redistribuído, sendo que é uma
895 questão de gestão de medicamentos e que só não foi possível implantar ainda porque
896 não tem os computadores. **Adriana** diz que respeitando a legalidade, qual deve ser a
897 orientação para o usuário que não consegue agendar seu exame, devido a um erro do
898 profissional contrato pela SMS. **Drº Francisco Eugênio** responde que ele deve
899 procurar a Ouvidoria. **Adriana** diz que não vai ligar para a Ouvidoria, esperar ela ir até
900 lá e eles falarem que é mentira. **Drº Francisco Eugênio** coloca que a Ouvidoria vai

901 ligar para a direção da área e relatar o problema, ela não fala com a unidade, pois a
902 diretoria da área é que vai tomar as providencias no caso, e o que tiver de ser
903 corrigido vai ser corrigido. Eugenio diz que o problema no Milton Gavetti é que a
904 medica de lá saiu de férias e o medico ficou doente, mas realmente existe um
905 problema para se contratar médicos, inclusive Londrina entrou no Programa Mais
906 Médico. **Adriana** questiona qual o prazo, de acordo com a legalidade, que deve ser
907 realizado esse tramite entre o usuário ligar na Ouvidoria, ela acionar a diretoria, esta
908 entrar em contato com quem deveria agendar a consulta. **Drº Francisco Eugênio**
909 responde que não existe um prazo, pois cada caso é uma situação especial, mas em
910 todos eles se busca a maior celeridade possível e a Ouvidoria esta sendo bastante
911 ágil. **Adriana** diz que sua preocupação é justamente esta, pois quando o médico
912 solicita um exame é porque ele precisa daquilo para avaliar o paciente, porem, se esta
913 doente hoje e não sabe nem se vai conseguir agendar este exame e ter acesso a este
914 exames, depois que morrer não adianta. O conselheiro **Natal Oliveira** agradece ao
915 Junior, Edinho e Terezinha, pois esteve na administração e ficou até surpreso com as
916 sucatas que são devolvidas. **Natal** coloca que esteve conversando sobre algumas
917 duvidas existentes, pois não aprovou a prestação de contas e não vai aprovar hoje
918 novamente, mas tirou da ideia o que estava pensando. **Natal** diz que no dia 12/03, o
919 corregedor e o controlador vieram até o CMS e expuseram o que estava acontecendo
920 no caso da Araguaia, e disseram que em ate 3 meses seria passada uma definição ao
921 CMS, pois há relatório 007 de 2010 que já apontava irregularidade, ou seja, há 3 anos.
922 **Natal** continua e diz que vendo as faturas altas da Diesel Eletro, observa que não foi
923 resolvido nem o problema da “Araguaia 1” e veio a “Araguaia 2”, inclusive pediu e tem
924 copias dos documentos. Natal diz que esteve com o servidor Junior e solicitou a tabela
925 de horas, e constatando que viu que a J.Corlassi estava com 30 reais/hora e a
926 “Araguaia 2” 65 reais/horas, logo, gostaria de saber porque não foi feita a contratação
927 da que estava cobrando menos, sendo que a Terezinha falou que a primeira empresa
928 não quis pegar toda frota, somente a da saúde, mas será que é verdade isso ou teve
929 questionamentos, pois trabalhou em empresa que fazia acerto entre as três e essa de
930 trinta talvez iria ganhar ate quarenta, e está dando só um exemplo e não fazendo uma
931 denúncia. **Natal** coloca que quando se manda um veiculo para o conserto deve-se
932 saber por que esta mandando, e já viu nota de caixa de cambio que foi trocado
933 engrenagem da 1ª, 2ª, 4ª, ou seja, debulharam o cambio, e isso ficou em quase em 6
934 mil reais, sendo que tem carro que não custa esse valor, e inclusive não teve acesso a
935 tabela de peças e não puderam fornecer a copia. Natal diz que a prestadora deve
936 mandar um relatório para o município, falando do orçamento, e parece que não esta
937 acontecendo isso. **Drº Francisco Eugênio** pede questão de ordem e questiona qual é
938 o encaminhamento sugerido pelo CMS. O conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** diz
939 que para ele a empresa esta irregular e é preciso que isto seja resolvido. O procurador
940 vai ter de vir ao CMS e passar qual a situação, pois ele ficou de fazer isto e não fez.
941 **Drº Francisco Eugênio** coloca que foi o controlador que veio em uma reunião do
942 CMS. **Eliei** diz que a situação já passou do limite, e seja quem for, deve vir ate o CMS
943 e dizer que se a auditoria foi feita ou não, pois a situação esta desconfortável para
944 este conselho, inclusive o TC somente aprovou porque este conselho já havia
945 aprovado. **Eliei** diz que o gestor da saúde deve resolver isso de uma vez por todas.
946 **Drº Francisco Eugênio** coloca que o CMS tem total autonomia para aprovar ou não
947 as contas e não é porque foi aprovado aqui que será no TC. **Eugênio** coloca que ira
948 encaminhar todas estas questões para o procurador, corregedor e controlador, para
949 que seja analisado e trazido um posicionamento ao CMS. O conselheiro **Natal**
950 **Oliveira** diz que a lei 8666/93 é que rege os contratos, e eles estão com um problema

951 desde 2010 sob suspeita, e o contrato diz que se houver alguma irregularidade ou
952 suspeita, a empresa deve ser multada em 20% e impedida de participar de licitação
953 por 2 anos, e foi por isso que mudaram a razão social, mas se o pessoal citado pelo
954 secretário não quer trabalhar, deveriam sair e ir embora, pois estão prejudicando
955 muita gente honesta, inclusive o secretário de saúde. **Drº Francisco Eugênio**
956 agradece as palavras do senhor Natal. A conselheira **Julia Miyamoto** diz que a
957 responsabilidade sempre recai no CMS. Já ocorreu de os conselheiros receberem
958 ofício de um vereador dizendo que responderiam juridicamente de todas as provações
959 erradas, e ficou muito preocupada, e quando na 6ª conferencia municipal de saúde,
960 perguntou a um promotor sobre isso, e ele respondeu que o usuário não vai responder
961 nada, pois não é remunerado. Julia diz que sua preocupação é com o prejuízo que a
962 não aprovação pode causar aos usuários. **Drº Francisco Eugênio** coloca em votação
963 a proposta de convite ao procurador, corregedor, controlador e prefeito para participar
964 da próxima reunião do CMS para esclarecimentos a respeito dos contratos de
965 manutenção da frota. **Drº Francisco Eugênio** propõe que antes da reunião plenária, a
966 Comissão do Fundo se reúna com o procurador, corregedor, controlador e prefeito.
967 **Eugênio** diz que agendará a reunião com a comissão e fará o convite ao procurador,
968 corregedor, controlador e prefeito. **O conselho aprova as propostas.** O conselheiro
969 **Ildo Ioris** coloca que fica como ponto de pauta da próxima reunião, o pessoal da
970 Gestão Matricial de Despesas do Município explicar e demanda deles e o que eles
971 fazem. **Drº Francisco Eugênio** coloca em votação a prestação de contas referente ao
972 mês de fevereiro de 2013. **O conselho aprova a prestação de contas com**
973 **ressalva.** O conselheiro **Eliel Joaquim** pede que o conselheiro **Natal** respeite a
974 posição dos demais conselheiros, pois o assunto foi discutido e aprovado um
975 encaminhamento, e o conselheiro têm o habito ruim de falar em “chapa branca”, pois
976 todos aqui representam suas entidades e respondem por isso. **Natal** responde que o
977 **Eliel** é funcionário e está certo. **Eliel Joaquim** coloca que é funcionário, mas não é
978 gestor, e não esta aqui representando o gestor, pois é servidor público e não é chapa
979 branca e nunca defendeu gestor. **Adriana** solicita que seja registrado o nome de
980 quem não aprovou a prestação de contas. O conselheiro **Eliel Joaquim** diz que há
981 uma pendencia a ser resolvida neste conselho, e, caso isso não seja realmente
982 resolvido na próxima reunião, nunca mais irá votar as contas dentro do CMS. **Drº**
983 **Francisco Eugênio** diz que todos devem ter a devida cautela e acompanhar as
984 coisas antes de fazer uma fala com a do Eliel, pois ninguém sabe o que o controlador
985 ou o corregedor vai falar. A seguir é passado ao próximo ponto de pauta:
986 **Esclarecimentos a respeito do Concurso.** **Drº Francisco Eugênio** inicia dizendo
987 que foi aprovado pela CML, um projeto de lei criando 432 vagas, pois havia concurso
988 vigente para alguns cargos, como é o caso de Técnico em Gestão Pública, e outros
989 onde era preciso criar os cargos e consequentemente realizar concurso público. A
990 grande parte destes servidores é temporária, principalmente na área do SAMU, PSF e
991 internação domiciliar, entre outros, sendo que os contratos destes servidores encerrar-
992 se-á no dia 30/08/2013, e havia uma decisão do Tribunal de Contas de que este
993 contrato é improrrogável, pois já foi prorrogado uma vez em um momento emergencial
994 e feito um acordo com a gestão passada de que este contrato não seria prorrogado.
995 A lei foi apresentada a CML, bem como o impacto financeiro no orçamento, sendo que
996 tudo foi discutido e aprovado nesta casa, e assim que a lei foi aprovada, foi feita uma
997 avaliação do tempo que a SMS tinha para que os servidores contratados tomassem
998 posse, e na nossa avaliação, levando em consideração o tempo que demora a
999 licitação, se estaria talvez passando por uma licitação da empresa que fosse realizar o
1000 concurso, em vez de estar decidindo essa aprovação, sendo que aí não daria tempo,

1001 logo, após uma discussão interna, concluiu-se que não havia outra opção além a da
1002 própria PML fazer este concurso público, e foi por isso que a prefeitura fez e não
1003 contratou outra instituição, pois a SMS até gostaria de ter contratado outra empresa,
1004 ate por um questão de se livrar de uma situação como a que esta ocorrendo, tendo
1005 uma total isenção nesta questão. Como o pessoal já tinha experiência de outros
1006 concursos, testes seletivos, inclusive o concurso de médicos que ocorreu em março,
1007 foi elaborada toda uma comissão e todo um trabalho, no qual teve qualquer isenção
1008 no sentido de que não queria interferir nos cargos e pessoas, e foram elaboradas 17
1009 provas diferentes, pois são vários concurso de médicos diferentes e não pode, por
1010 exemplo, fazer a mesma prova para o medico do PSF e para o dermatologista. Foram
1011 feitas ainda provas para alguns tipos de enfermagem, condutor socorrista, Tec.
1012 Enfermagem, Nutricionista, Psicólogo, entre outros, totalizando um total de 17 provas
1013 diferentes. Para cada prova, a coordenação criou um grupo elaborador da prova, ou
1014 seja, 17 grupos de elaboradores, e eles não sabem quem é quem, ou quem estava
1015 fazendo a prova de quem, até porque todos assinaram um termo de sigilo,
1016 confiabilidade e responsabilidade, e todas estas precauções foram tomadas, e na
1017 aplicação da prova foram convocados fiscais. Como todos puderam acompanhar
1018 através da imprensa, houveram queixas no sentido de algumas fragilidades, mas
1019 nenhuma denúncia de irregularidade, fraude, venda disso ou daquilo, de todo
1020 concurso por completo realizado pelos técnicos que estavam responsáveis por isto.
1021 **Eugenio** prossegue e diz que o que ficou sabendo ontem pela manha, é que em uma
1022 das provas, as questões haviam sido copiadas de outros concursos, inclusive a
1023 própria coordenação não sabia, foi verificar e realmente confirmaram que algumas
1024 questões eram copiadas, outras modificadas, baseadas em “bancos de provas”, e o
1025 pessoal utilizou para isso. Imediatamente foi convocada a coordenação para levantar
1026 todos os documentos, a prova e este local onde foi copiado, juntar os dados
1027 respectivos desta prova especificam, porque contra as outras, e não que não possa
1028 ter, pois qualquer vestibular tem questionamentos sobre questões, inclusive o prazo
1029 de recurso se encerra hoje, mas, particularmente desta prova, foram juntados os
1030 documentos e para que se colocasse em suspeição qualquer pessoa da SMS, o
1031 material foi entregue a procuradoria jurídica para que ela decida o que fazer, ou seja,
1032 a decisão será da procuradoria jurídica e não da SMS. No tocante as demais provas e
1033 cargos, estão seguindo seu fluxo normal sem problemas, sendo apenas esta prova
1034 específica encaminhada a PGM. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** questiona qual é
1035 o cargo e pede para que se for para auxiliar de enfermagem, que a prova seja
1036 aplicada em duas turmas, pois a realização do concurso desfalcou muito o quadro de
1037 funcionários da Santa Casa, já que os funcionários foram em peso fazer a prova. **Drº**
1038 **Francisco Eugênio** coloca que o cargo é de enfermeiro auditor e teve 187 inscritos
1039 para 14 vagas, mas a PGM ainda vai decidir a questão. A conselheira **Maria**
1040 **Osvaldina Mello Oliveira** questiona se o secretário ainda na sabe a especialidade
1041 que saiu isto e se foi em todas. **Drº Francisco Eugênio** responde que foi somente
1042 para o cargo de enfermeiro auditor que deu problema. **Ana Paula Cantelmo** diz que
1043 de qualquer forma, se sabe que o salário ofertado é 2 vezes e meio o salário pago
1044 para o enfermeiro de mercado, e corremos o risco de que todas as enfermeiras que
1045 não passaram nas demais se inscreverem. **Drº Francisco Eugênio** coloca que caso a
1046 decisão seja por uma nova prova, somente os 187 poderão fazer a prova e não serão
1047 abertas novas inscrições, mas a prova terá de ser em um único período. A conselheira
1048 **Maria Osvaldina Mello Oliveira** diz que há enfermeiros que estão cuidando de idosos
1049 por 1400 reais por mês, jornada de seis horas. **Osvaldina** questiona se é a
1050 procuradoria que vai decidir. **Drº Francisco Eugênio** afirma que sim. **Osvaldina** pede

1051 que a procuradoria decida com clareza e diz que ficou sabendo que a prova foi
1052 copiada do Maranhão, e isso é crime de plágio. **Drº Francisco Eugênio** coloca que
1053 não sabe se é plágio ou crime, pois não tem competência para julgar isto, e como está
1054 na internet, não sabe se é domínio público ou não, logo, não pode fazer este tipo de
1055 afirmação. **Osvaldina** afirma que a notícia estourou como uma bomba na cidade e
1056 não queremos correr o risco do passado, pois as coisas devem ser feitas com
1057 transparência e que pessoas boas sejam contratadas para as UBS's, que atendam a
1058 população com capacidade, humanização e delicadeza, principalmente a terceira
1059 idade, inclusive recebeu uma reclamação de uma senhora de 79 anos e que
1060 posteriormente estará repassando ao secretário. **Drº Francisco Eugênio** responde
1061 que este também é objetivo da SMS, por isso que a todo o momento, a equipe fez
1062 com a maior lisura e transparência possível, claro que com o sigilo adequado e
1063 devido, e por mais boatos que houvessem de vazamento ou de venda, não houve
1064 qualquer denúncia seria e comprovada, sendo que essa queixa, o próprio procurador
1065 falou na folha de Londrina, é uma coisa desconfortável, mais não é uma questão
1066 ilegal, de qualquer forma, quem vai decidir isso é a PGM. A conselheira **Rosicler**
1067 **Amarins** diz que não sabe se o secretário se lembra da conversa que teve com ele na
1068 última sexta-feira, quando disse a ele que funcionários da saúde haviam a procurado,
1069 e disseram que já tinham sido para fazer esta prova a mais de um mês de prova,
1070 sendo que o secretário lhe pediu para que desse o nome desta pessoa, mas, será que
1071 se ela tivesse dado o nome desta pessoa ela já não estaria na rua hoje. **Drº**
1072 **Francisco Eugênio** responde que a conselheira está partindo do princípio que ele é
1073 desonesto e injusto. **Rosicler** coloca que não está dizendo que o secretário é
1074 desonesto. **Drº Francisco Eugênio** coloca que todas as denúncias que chegaram a
1075 secretaria foram devidamente encaminhadas, aqueles que são servidores estáveis
1076 foram encaminhadas para a corregedoria, e a representante sindical está aqui e sabe
1077 do que está falando, e isso para qualquer categoria, pois algumas pessoas falam que
1078 médico protege médico, mas foram encaminhados vários médicos para a corregedoria
1079 por erros ou denúncias, ou seja, não existe este tipo de pactuação com a gestão.
1080 **Rosicler** coloca que já não é a primeira vez, pois antes do **Drº Francisco** ser
1081 secretário já houve esta conversa, salvo engano, parece até que as provas foram
1082 feitas na Villa, e agora novamente, e isso chegou até ela há um mês, mas jamais vai
1083 chegar aqui e falar que foi fulano ou beltrano, mas uma coisa gostaria de dizer ao
1084 secretário: os funcionários costumam procurar os conselheiros e contar as coisas. **Drº**
1085 **Francisco Eugênio** coloca que a imprensa falou com ele dizendo que estava
1086 recebendo telefonemas de que havia problemas, inclusive pediu ajuda da mesma para
1087 verificar se as denúncias eram verdadeiras e sugeriu que eles se infiltrassem e
1088 tentassem comprar uma prova, pois o que se quer é a maior seriedade, honestidade e
1089 transparência possível. **Rosicler** reafirma que não chamou o secretário de desonesto.
1090 **Drº Francisco Eugênio** coloca que o que pediu a conselheira é que falasse para
1091 pessoa que estava denunciando ir falar com ele, pois vários servidores foram até ele
1092 fazer reclamações disso ou daquilo e foram ouvidos, sendo que tudo sempre foi
1093 apurado com muito cuidado e muito critério, pois se houver qualquer irregularidade é
1094 imediatamente encaminhada à corregedoria, que é por lei o órgão que faz isso na
1095 PML. O conselheiro **ElieI Joaquim dos Santos** faz uso da palavra e diz que respeita
1096 muito a conselheira Ana Paula, mas qualquer ser humano quer progredir, dentro de
1097 qualquer classe de trabalho, e vê que talvez falte um pouco de valorização dos
1098 hospitais para com seus trabalhadores, principalmente no setor de enfermagem, pois
1099 quem sabe se houvesse essa valorização eles não faltariam no trabalho para fazer o
1100 concurso, mas o concurso da uma estabilidade e uma condição financeira melhor para

1101 estes trabalhadores. **Eliel** coloca que a conselheira Rosicler fez uma fala, e realmente,
1102 antes do concurso acontecer, havia rumores e boatos, inclusive o secretário disse aos
1103 conselheiros que era boato. Eliel diz que estava ontem em sua casa e viu na Tarobá
1104 um apresentador bravo com a gestão, inclusive dizendo que vai até as últimas
1105 consequências. **Eliel** coloca que se alguém disse é porque alguma coisa aconteceu, e
1106 não está dizendo que aconteceu, e isso tem de ser tratado com muito cuidado, pois
1107 em um concurso público, se teve 17 provas e uma delas realmente está com
1108 problemas de fraude ou qualquer outra coisa, isso compromete todas as provas, por
1109 isso, fica muito preocupado quando se fez 17 elaborações de provas para cada setor
1110 e uma somente dá problema, pois ouviu que copiaram 15 questões lá do Maranhão,
1111 mais 5 de Santa Maria e outras 5 de Minas gerais, e aí, se vê um erro como esse,
1112 inclusive o apresentador de TV questionou que era um povo muito incompetente para
1113 não conseguir elaborar nem um prova. **Eliel** continua e diz que não está aqui
1114 questionando a idoneidade da gestão ou do secretário, mas é preciso que seja dada
1115 uma resposta a este conselho, a população de Londrina e, principalmente, a todas as
1116 pessoas que fizeram o concurso e estudaram, pois ouviu uma pessoa que apareceu
1117 anônima dizendo que ouviu dizer de uma pessoa que estava concursando e tinha
1118 pago R\$ 5 mil pelo gabarito, e que ela já estava garantida e ainda saiu dando risada
1119 dos outros. Eliel afirma que não está colocando em xeque o secretário ou a
1120 administração, todavia, os rumores existem e é de responsabilidade do secretário dar
1121 uma resposta legal e convincente, principalmente aos que estudaram e se prepararam
1122 para o concurso, para que no mínimo fiquem tranquilas de que realmente não houve
1123 fraude neste concurso. **Drº Francisco Eugênio** diz que gostaria de deixar bem claro
1124 que, apesar dos rumores e do que apareceu em reportagens de que o cara falou que
1125 riu dizendo que tinha o gabarito e pago por ele, inclusive se estivesse competindo e
1126 escutasse isso, imediatamente iria querer saber o nome da pessoa e entrega-la para a
1127 promotoria e ao delegado para tudo ser apurado, pois falar que viu um cara rindo e
1128 dizendo que tinha comprado a prova, pode até ter acontecido, mas não pode cancelar
1129 um concurso porque alguém disse que ouviu dizer algo, seria uma irresponsabilidade
1130 de sua parte e não pode fazer isso. Da mesma forma, apesar de terem copiado as
1131 questões, isso não quer dizer que houve fraude, o que teve foi uma preguiça e uma
1132 irresponsabilidade de quem fez a prova, que não seguiu um padrão de qualidade, mas
1133 não pode também generalizar todas as equipes e diz que todas copiaram. Eugenio
1134 coloca que onde se constatou a irregularidade é que se encaminhou para a PGM,
1135 onde os advogados vão discutir qual é a melhor solução, e o que eles decidirem é o
1136 que será acatado, até por um questão de seriedade e compromisso com quem fez o
1137 concurso, e é como a prova do ENEM que deu problema lá no nordeste, pois aqueles
1138 alunos foram isolados e o resto do Brasil não podia “pagar o pato” por causa deles, e
1139 é o caso desta prova que está sendo analisado pela PGM, que deverá dizer o que
1140 deve ou não ser feito. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** diz que em outros
1141 momentos foram realizados concurso em Londrina e não houve boatos e rumores, por
1142 isso é uma coisa que não coloca a administração em xeque, no entanto, para no ar
1143 alguma coisa que precisa ser resolvida, sendo que isso cabe ao gestor resolver. **Drº**
1144 **Francisco Eugênio** coloca que não está fugindo de sua responsabilidade, tanto é que
1145 em nenhum momento indicou qualquer pessoa para ir fazer prova, concurso e nem
1146 nada, até para não ter qualquer compromisso. A polemica começou desde o começo
1147 porque muitos dos servidores temporários queriam até que fosse contratado direto, e
1148 outros concursado queriam entrar em vaga para a qual eles não prestaram, ou seja,
1149 não foi um concurso que teve unanimidade de aprovação para ser realizado, pois já
1150 havia muita gente contraria ao concurso, alguns que tinham passado em outro

1151 concurso queriam aproveitar este, outros temporários que não tinham feito concurso
1152 queriam ser contratados sem concurso, outros que validasse uma coisa, outros
1153 queriam que contasse ponto de outro jeito, logo, houve uma serie de pessoas
1154 insatisfeitas e querendo as coisas do seu jeito, no entanto, a SMS seguiu as coisas da
1155 maneira mais justa e correta possível , e é claro que isso desagradou pessoas, e não
1156 está falando que foram estas pessoas que criaram este tipo de fato, mas, falar que foi
1157 um concurso que estava “zero a zero” e que ai vamos começar a chamar pessoas
1158 desagradadas, isso não é verdade, e alguns ficaram desagradadas porque podem
1159 perder o cargo. **Drº Francisco Eugenio** afirma que gostaria muito que o concurso
1160 tivesse sido realizado por outra instituição, mas infelizmente não deu tempo, pois não
1161 havia prazo suficiente para isso, pois nada garante que estaríamos hoje terminando
1162 esta licitação, já que poderia se ter recursos ou outras coisas e estar ainda no
1163 processo licitatório, é só todos observarem quanto tempo leva uma licitação na
1164 prefeitura, tudo isso as portas dos contratos estarem sendo encerrados, dentre os
1165 quais estão servidores do SAMU e da Internação Domiciliar e onde se correria o risco
1166 de ficar sem este serviço. Diante disso, esta foi a opção da SMS, mesmo sabendo dos
1167 riscos e do falatório, mas era preciso fazer isso, pois o objetivo e de que em 1º de
1168 setembro já haja funcionários atendendo o SAMU e a Internação Domiciliar, tanto é
1169 que não preocupa tanto esta prova, pois se atrasar a contratação de enfermeiros
1170 auditores, isso não prejudica a contratação como um todo. **Eugenio** diz que é o maior
1171 interessado que tudo seja esclarecido, e inclusive disse que se houvesse uma
1172 denuncia, ela deveria ser repassada para investigações, pois como secretario de
1173 Saúde, seu objetivo é que tudo tenha a maior lisura, transparência e honestidade,
1174 inclusive está recebendo qualquer pessoa que tiver uma denúncia e isso não será
1175 encoberto, e assim que soube na imprensa foi lá e disse isso, da mesma forma
1176 quando foi à primeira “denúncia” a promotoria, mas era aquele negocio de que a
1177 pessoa ficou sabendo que tinha gente fuçando no lixo da Villa, mas, como é que vai
1178 poder cancelar um concurso porque ficou sabendo que tinha gente mexendo no lixo
1179 da Villa, pois é preciso fatos mais concretos para se tomar qualquer medida, e
1180 realmente, mas do que qualquer um presente aqui, ficou bastante chateado e triste
1181 com o ocorrido, pois mancha todo um processo que os técnicos e profissionais fizeram
1182 com o maior carinho e lisura, para que não houvesse qualquer tipo de vazamento ou
1183 irregularidade, e isso será mostrado no resultado da prova e vocês poderão entrevistar
1184 os que forem aprovados ou não, e isso será apresentado a comunidade, mas é claro
1185 que muitos apostam, muitos jogam e alguns até, de forma carnavalesca, fazem este
1186 tipo de coisa, porém, tudo será levado muito a serie e se irá até o final, com a atuação
1187 da PGM, até por questão de isenção da SMS neste processo. O conselheiro **Joselito**
1188 **Tanios Hajjar** coloca que diante do exposto pelo secretário, não havia outra saída a
1189 ser tomada e está dentro do contexto e da legalidade, sendo que é a saída mais
1190 acertada, pois não adianta se deixar levar pelo calor das paixões e da emoção. A
1191 conselheira **Julia Miyamoto** sugere que quando for se realizar um próximo concurso,
1192 que seja contratada a UEL, pois nunca se ouviu nada de inidôneo sobre a instituição.
1193 Miyamoto questiona se vai haver contratação de psicólogos. **Drº Francisco Eugenio**
1194 responde que serão convocados psicólogos para o NASF. A conselheira **Julia**
1195 **Miyamoto** pergunta se estes são bons mesmos, porque os educadores não
1196 compareciam. **Drº Francisco Eugenio** responde que os profissionais passam por
1197 prova escrita e de títulos e tem 3 anos de período probatório. A conselheira **Julia**
1198 **Miyamoto** diz que em seu bairro a educadora do NASF não comparecia nenhuma vez
1199 por semana. **Drº Francisco Eugenio** diz que qualquer denúncia de servidores que
1200 não estão exercendo corretamente seu papel deve ser encaminhada a Ouvidoria,

1201 inclusive tem um diálogo permanente com o sindicato, o qual também não pactua com
1202 isso. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** diz concordar com a conselheira
1203 Julia a respeito da credibilidade da UEL na realização de concursos. **Drº Francisco**
1204 **Eugenio** diz que não houve tempo para licitar e não pode contratar diretamente a
1205 UEL, é necessário fazer uma licitação, pois não somente a UEL faz concursos, mas
1206 também outras instituições como a UEM, PUC, além de muitas outras, logo, não se
1207 pode simplesmente escolher a UEL, é preciso uma licitação, por exemplo, mesmo que
1208 uma universidade quisesse fazer o concurso de graça seria preciso fazer a licitação,
1209 sob pena de acusação que ela usou para marketing e não foi dada oportunidade para
1210 outras instituições. **Eugenio** diz que para os próximos concursos, com mais tempo,
1211 fara questão de que uma universidade elabore o concurso. A conselheira **Maria**
1212 **Osvaldina Mello Oliveira** coloca que dentro das salas de provas, entrava marido,
1213 mulher e a Guarda Municipal não fazia nada, inclusive gostaria de saber se é verdade
1214 que os fiscais eram funcionários públicos e estavam recendo R\$ 300 reais. **Drº**
1215 **Francisco Eugenio** coloca que não existe esta historia de que entrava parentes na
1216 sala, pois ele mesmo visitou os locais de prova de manha e de tarde e não havia nada
1217 disso. A guarda municipal estava lá cumprindo sua função, pois teve candidato que
1218 chegou atrasado, queria pular o portão e a guarda não deixou. Eugenio coloca que
1219 não sabe dizer quanto cada fiscal ganhou, mas isso esta em lei, e para se trabalhar 12
1220 horas em concurso publico existe um valor de tabela de remuneração do servidor
1221 municipal, o seja, pagou-se o que está previsto na lei. A conselheira **Ana Paula**
1222 **Cantelmo** diz que no tocante a fala do conselheiro Eliel, talvez ela tenha se
1223 expressado mal, pois não é contra que funcionários da Santa Casa participem de
1224 concurso publico, e sua objeção é em relação a se agendar uma única prova e
1225 horário, pois isso afetou todos os hospitais e causou um grande transtorno. **Drº**
1226 **Francisco Eugenio** diz que lamenta, mas se for realizado outra prova será somente
1227 meio período. A seguir é passado ao ponto de pauta – **Aprovação de Edital de**
1228 **Chamamento Público para Serviço de Ortopedia**. **Drº Francisco Eugenio** inicia
1229 dizendo que, como todos sabem, houve um rompimento de contrato com o
1230 Ortopédico, estão sendo feito novos contratos com o HZN e HZS em parte desta
1231 questão, e esta sendo conversado também com o Evangélico e outros hospitais, mas
1232 mesmo assim, caso não seja possível suprir tudo isso, será feito um chamamento
1233 público para ver se algumas clinicas da cidade se oferecem para prestar este serviço,
1234 inclusive o Ortopédico pode participar, sendo que para isso é preciso fazer o
1235 chamamento público, para o qual é necessária a aprovação do CMS. O conselheiro
1236 **Ildo Ioris** questiona como é processo de chamamento publico, se ele já vai definir
1237 valores. **Drº Francisco Eugenio** diz que esta se discutindo como HZN, HZS e
1238 Evangélico o que eles podem absorver, e o chamamento público será em cima da
1239 carência de cirurgias e consultas que restaram, sendo que se vai seguir a tabela SUS.
1240 A conselheira **Ana Paula Cantelmo** questiona se estabelecimentos fora de Londrina
1241 podem se candidatar. **Drº Francisco Eugenio** explica que o serviço proponente deve
1242 ser obrigatoriamente Londrina. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira**
1243 questiona se os pacientes fora de Londrina também serão atendidos. **Drº Francisco**
1244 **Eugenio** responde que será atendido o paciente fora de Londrina que for
1245 encaminhado para atendimento de media complexidade. **Após os questionamentos,**
1246 **o CMS Aprova o Edital de Chamamento Público para Serviço de Ortopedia.**
1247 Seguindo os trabalhos **Drº Francisco Eugenio** informa que a servidora **Pilar** esta
1248 entrando como conselheira no lugar do conselheiro **Ângelo Caires**. **Drº Francisco**
1249 **Eugenio** informa sobre a proposta que o Drº Fahd uma moção do CMS pedindo para
1250 que o repasse do Fundo Nacional de Saúde chegue até o fim de cada mês. **Eugenio**

1251 procede a leitura a moção: “ O município de Londrina frequentemente, passa por
1252 diversos dissabores na ocasião do repasse do recurso de MAC para os prestadores
1253 de serviço de saúde, considerando o prazo em que os recursos são transferidos do
1254 FNS ao FMS, na maioria da vezes. Ocorre que os prestadores alegam que os créditos
1255 que possuem com o município, em virtude da prestação de serviços, são utilizados
1256 para pagamento de folha de pessoal, o que deve ocorrer até o 5º dia útil de cada mês.
1257 Para este município, os recursos costumam ser repassados pelo fundo, entre os dias
1258 04 e 9 de cada mês, o que prejudica esta previsão, acarretando um situação crítica
1259 para estes prestadores e conseqüentemente deixando o município em uma situação
1260 muito delicada perante ao segmento que compõe, de forma complementar, o SUS.
1261 Em vista ao exposto, atendendo um pedido destes prestadores e também
1262 reconhecendo esta necessidade, apresentamos esta situação para análise acerca da
1263 viabilidade dos recursos serem transferidos fundo a fundo ate o último dia útil do mês,
1264 ou, no máximo, até o 1º dia útil do mês, visando a tranquilidade deste prestadores em
1265 relação ao seus compromissos financeiros”. **Finalizada a leitura, o CMS aprova a**
1266 **moção apresentada.** Eugenio informa que a moção será encaminhada para a
1267 Bipartite e para a Secretaria de Assistência a Saúde do Ministério da Saúde. A seguir
1268 é passado ao ponto de pauta: **Apresentação do Programa Saúde da Família (PSF).**
1269 A enfermeira **Tatiana Almeida do Carmo** faz uso da palavra e inicia a seguinte
1270 apresentação: *Estratégia saúde da família no município de londrina-pr. tatiane almeida*
1271 *do carmodiretoria de atenção primária à saúde – daps. londrina – 2013. estratégia*
1272 *saúde da família. a estratégia de saúde da família visa à reorganização da atenção*
1273 *básica e é tida pelo ministério da saúde como estratégia de expansão, qualificação e*
1274 *consolidação. a esf favorece a re-orientação do processo de trabalho com maior*
1275 *potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de*
1276 *ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades,*
1277 *além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.(portaria nº 2.488 de*
1278 *21/10/11). prioriza as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos*
1279 *indivíduos e da família; do recém-nascido ao idoso, sadios ou doentes, de forma*
1280 *integral e contínua. atenção primária à saúde. é caracterizada por um conjunto de*
1281 *ações de saúde realizadas no âmbito individual e coletivo que abrange a **promoção** e*
1282 ***proteção** da saúde, a **prevenção** de agravos, o diagnóstico e o **tratamento,** a*
1283 ***reabilitação** e a manutenção da saúde. atribuições comuns a todos os profissionais*
1284 *das esf:conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis; identificar os*
1285 *problemas de saúde e situações de risco mais comuns da população; elaborar um*
1286 *plano local para o enfretamento dos problemas de saúde; executar os procedimentos*
1287 *de vigilância à saúde nos diferentes ciclos de vida; valorizar a relação com o usuário e*
1288 *com a família, para a criação de vínculo de confiança; realizar visitas domiciliares de*
1289 *acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde no nível de atenção*
1290 *básica. atribuições específicas do médico: realizar consultas clínicas aos usuários da*
1291 *sua área de abrangência; executar as ações de assistência integral em todas as fases*
1292 *do ciclo de vida; realizar consultas e procedimentos na ubS e quando necessário, no*
1293 *domicílio; realizar atividades clínicas correspondente às áreas prioritárias da atenção*
1294 *básica; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; fomentar a criação de*
1295 *grupos (hipertensos, diabéticos, gestante, etc). estratégia saúde da família.*
1296 *distribuição da esf no município de londrina-pr. estratégia saúde da família*
1297 *londrina - junho/2013: região norte: nº de ubS's (9), equipes psf (17), equipes psb (*
1298 *4), equipes pacs (3), equipes nasf (2). região sul: nº de ubS's (10), equipes psf (*
1299 *17), equipes psb (4), equipes pacs (4), equipes nasf (2). região leste: nº de*
1300 *ubS's (8), equipes psf (11), equipes psb (2), equipes pacs (2), equipes nasf (2*

1301). região oeste: nº de ub's (7), equipes psf (12), equipes psb (4), equipes pacs (2),
1302 equipes nasf (2). região centro: nº de ub's (6), equipes psf (10), equipes psb (3),
1303 equipes pacs (1), equipes nasf (2). região rural: nº de ub's (12), equipes psf (04),
1304 equipes psb (9), equipes pacs (1), equipes nasf (0). total: nº de ub's (52),
1305 equipes psf (76), equipes psb (21), equipes pacs (13), equipes nasf (10). região
1306 norte – ub's: aquiles – 02 equipes psf – 01 equipe psb. maria cecília – 02 equipes psf –
1307 01 equipe psb. joão paz – 01 equipe psf – 01 equipe pacs. milton gavetti – 01 equipe
1308 psf. vivi xavier – 02 equipes psf – 01 equipe pacs. parigot souza – 02 equipes psf.
1309 chefe newton – 02 equipes psf – 01 equipe de psb – 01 equipe pacs. cabo frio – 03
1310 equipes psf – 01 equipe psb. carnascialli – 02 equipes psf. total: psf: 17. psb: 04. pacs:
1311 03. região sul: san izidro – 01 equipe psf. eldorado – 02 equipes psf – 01 equipe psb.
1312 piza – 03 equipes psf. ouro branco – 02 equipes psf. itapoã – 02 equipes psf – 01
1313 equipe psb. pind – 02 equipes psf. cafezal – 02 equipes psf – 01 equipe psb – 01
1314 equipe pacs. união da vitória – 01 equipe psf – 01 equipe psb – 02 equipes pacs.
1315 jamile dequech – 01 equipe psf. guanabara – 01 equipe psf – 01 equipe pacs. total:
1316 17 equipes psf – 04 equipes psb – 04 equipes pacs. região leste: lindóia – 02 equipes
1317 psf. ideal – 01 equipe psf. mr. thomas – 01 equipe psf. novo amparo – 0 equipe psf.
1318 marabá – 02 equipes psf – 01 equipe psb – 01 equipe pacs. armindo guazzi – 02
1319 equipes psf – 01 equipe psb – 01 equipe pacs. vila ricardo – 02 equipes psf. ernani –
1320 01 equipe psf. total: 11 equipes psf – 02 equipes psb – 02 equipes pacs. região oeste
1321 – alvorada – 01 equipe psf. bandeirantes – 02 equipes psf – 01 equipe psb. tóquio – 01
1322 equipe psf – 01 equipe psb. panissa – 03 equipes psf – 01 equipe psb. leonor – 01
1323 equipe psf – 01 equipe psb – 01 equipe pacs. jardim do sol – 01 equipe psf – 01
1324 equipe pacs. santiago total: 12 equipes psf – 04 equipes psb – 02 equipes pacs. – 03
1325 equipes psf. região rural – irerê/taquaruna – 01 equipe psf. guaravera – 01 equipes psf –
1326 01 equipe psb. paiquerê/quairacá – 01 equipe psf – maravilha – 01 equipes psf.
1327 maravilha – 01 equipe psf. selva – 01 equipe psf – 01 equipe pacs. regina – 01 equipes
1328 psf – 01 equipe psb. sao luiz – 01 equipe psf – 1 equipe psb. lerroville – 01 equipes psf – 01
1329 equipe psb – 1 equipe pacs. warta – 1 equipe psf. total: 09 equipes psf – 04 equipes psb –
1330 01 equipes pacs. **Tatiana** encerra a apresentação. A conselheira **Ana Paula**
1331 **Cantelmo** parabeniza a objetividade e clareza da apresentação e conteúdo do
1332 relatório. O conselheiro **Joselito Tanius Hajjar** questiona se o que foi apresentado já
1333 esta em funcionamento ou depende do ultimo concurso. **Tatiana** responde que as 76
1334 já estão em funcionamento e o que vai ser ampliado com o concurso serão 16
1335 médicos e 11 enfermeiros, que já fazem parte do quadro e estão com vagas em
1336 aberto, pois os profissionais foram se desligando e não foram contratados. O
1337 conselheiro **Joselito Tanius Hajjar** questiona a respeito dos Educadores Físicos.
1338 **Tatiana** explica que o contrato do NASF se encerra em 31 de agosto, quem não
1339 passar terá seu contrato interrompido e serão contratados novos profissionais aos que
1340 já estão. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** questiona se a equipe do Milton Gavetti
1341 está completa ou não. **Tatiana** responde que o Milton Gavetti tem uma equipe
1342 composta pelo Drº Paulo, o qual se encontra de atestado, logo, a UBS está sem
1343 medico. As unidades, além do medico da saúde da família, possuem alguns clínicos
1344 que são 20 horas, sendo que o Milton Gavetti em especial, tem mais um clínico 20
1345 horas, mas é que a medica estava de férias e o medico saiu de atestado por motivo de
1346 cirurgia. O Gavetti possui 1 equipe de saúde da família, com 1 medico, 1 enfermeira, 1
1347 auxiliar de enfermagem e 04 Agentes Comunitários de Saúde. A conselheira **Julia**
1348 **Miyamoto** coloca que cada equipe teria de ter um medico especifico para ela, e se
1349 esta faltando é porque tá faltando medico clinico da ub's, por isso esta faltando.
1350 **Tatiana** diz que o deve é haver mais médicos e assim melhorar a cobertura. O

1351 conselheiro **Ildo Ioris** questiona se o conselheiro Livaldo, que fez o pedido deste
1352 ponto de pauta, está satisfeito e se sente esclarecido com a apresentação. A
1353 conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** elogia o atendimento da medica **Rosana**
1354 da UBS Ouro Branco, que infelizmente sofreu um acidente e provavelmente pegará
1355 um atestado, inclusive gostaria de saber quem é que vai entrar no lugar dela. A
1356 conselheira **Rosicler Amarins** questiona que havia psicóloga e educador físico na
1357 UBS Lindoia, no entanto, eles foram removidos para o a UBS Armindo Guazzi, e
1358 agora tiraram uma clinica geral da UBS e que esta fazendo falta. **Tatiana** responde
1359 que a médica do Lindóia pediu exoneração. Quanto as profissionais do NASF que se
1360 desligam, não havia como repor antes da contratação do concurso. **Rosicler** coloca
1361 que eles não se desligaram, pois foram para o Armindo Guazzi. **Tatiana** responde que
1362 muitas vezes é necessário fazer o remanejamento para manter as equipes completas
1363 e não descredenciar mais equipes, mas ate o final de agosto, todos os NASF serão
1364 contemplados com os profissionais que estão em falta. O conselheiro **Wagner Aguiar**
1365 diz que o NASF é muito importante, pois eles começam a trabalhar com grupos nas
1366 igrejas, sendo que os grupos aumentam e depois param por falta do profissional, e
1367 isso é muito difícil. **Tatiana** diz que com o concurso, a tendência a minimizar o
1368 problema da rotatividade de profissionais. O conselheiro **Eliel Joaquim** faz uso da
1369 palavra e inicia dizendo que o ponto de pauta foi pedido pelo conselheiro Livaldo, que
1370 não pode comparecer por conta de compromissos, e na ocasião ele disse que havia
1371 um desequilíbrio. **Tatiana** se coloca a disposição para qualquer esclarecimento que os
1372 conselheiros tiverem. Na sequencia, e levando em consideração o tempo já avançado,
1373 o conselho delibera pela discussão de mais um ponto de pauta: **Apresentação do**
1374 **Plano de Aplicação do Recurso SESA/230/2013** A servidora **Mara** inicia a seguinte
1375 apresentação: Apresentação do Plano de Aplicação do Recurso SESA/230/2013. *Em*
1376 *2010 causas externas representaram 8,6% de internamentos (1,02 bilhão); - Afeta a*
1377 *saúde individual e coletiva, responsável por mortes e traumas contribuindo para anos*
1378 *potenciais de vida perdidos; - Muitas pessoas com queixas de dores e sofrimento que*
1379 *recorrem aos serviços de saúde vivem situações de violência. IMPORTÂNCIA DA*
1380 *NOTIFICAÇÃO. – Processo recente estando em implantação; - A notificação é*
1381 *compulsória em situações de crianças, mulheres e de adolescentes, e idosos; -*
1382 *M.S./104 em 2011 instituiu em serviços públicos e privados; - Subsidia ações de*
1383 *enfrentamento dos determinantes e condicionantes da violência objetivando a*
1384 *assistência integral. – Inserir os casos notificados em uma Rede de Atenção à Mulher*
1385 *em Situação de Violência: - acompanhamento dos casos pelos diferentes serviços; -*
1386 *redução/minimização das consequências da violência; - prevenção das reincidências;*
1387 *- Dever legal: obrigatoriedade da notificação (mulheres, crianças, adolescentes e*
1388 *idosos). Conhecimento da realidade. Dados de mortalidade (SIM) e internação (SIH)*
1389 *correspondem apenas à “ponta do iceberg”, uma vez que o número de pessoas*
1390 *vitimadas é muito maior e há sempre há subnotificação. Desafios: - Aumentar*
1391 *notificações; - Melhorar a qualidade da informação; Estruturação e consolidação do*
1392 *atendimento; - Capacitação dos profissionais do setor de saúde; - Assistência*
1393 *intersetoriais: saúde, jurídica e segurança. “A violência representa um risco para a*
1394 *realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz*
1395 *enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima”.*
1396 *Agudelo (1990,1997). PLANO DE APLICAÇÃO.Despesas de custeio:As despesas*
1397 *correntes/custeio obedecerão a Resolução SESA/PR 230/2013, onde o município de*
1398 *Londrina - PR definiu as seguintes prioridades: Descrição/Quantitativo/Valor Estimado.*
1399 *) serviços de terceiros:Confecção e reprodução de cartilhas colorido-*
1400 *R\$10.000.R\$10.000.00Confecção e reprodução de cartazes R\$500.R\$*

1401 2.800,00.Confecção de bunnens.60.R\$ 2.700,00.Pagamento de coffee break(1000
1402 pessoas).R\$ 8.800.00.b) material de consumo.Material de escritório (pastas,
1403 canetas)1000.\$1.000,00. Sub-Total: R\$ 25.300,00: Equipamentos/ material
1404 permanente :4. Despesas de capital/investimento:As despesas de
1405 capital/investimentos obedecerão a Resolução SESA/PR nº 230/2013, onde o
1406 município de Londrina-PR definiu as seguintes prioridades: aparelho de fax:01(R\$
1407 800,00). Microcomputador portátil (notebook)1.R\$2.500,00. Projetor multimídia.
1408 (1):.R\$800,00- câmera fotográfica.1-R\$600,00.Sub-Total- R\$ 4.700,00.Total:R\$
1409 30.000,00. **Mara** encerra a apresentação. A conselheira **Julia Miyamoto** parabeniza a
1410 servidora **Mara** pela confecção da apresentação em frente e verso, pois é muito
1411 importante se atentar para a questão da consciência ambiental. **Julia** exalta a
1412 importância da assistência do profissional psicólogo. O conselheiro **Joselito Tanius**
1413 **Hajjar** faz uso da palavra e diz que pelo valor do recurso de R\$ 30 mil reais, achou 1/3
1414 no coffee break um pouco caro, pois o recurso poderia ser direcionado para outros
1415 setores. **Mara** diz que não tem como entrar em detalhes, pois estava de licença e
1416 quando voltou já havia essa demanda e a planilha estava pronta, mas isso será
1417 verificado. O conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** coloca que o gestor sempre esta
1418 preocupado com onde será gasto o dinheiro e são complicado essas coisas. **Eliei**
1419 questiona se o recurso já esta disponível ou ainda será preciso ir a caça dele. **Mara**
1420 responde que o recurso já está disponível. **Eliei** diz que no tocante a fala do
1421 conselheiro **Joselito Hajjar** sobre o recurso destinado ao coffee break, é possível que
1422 seja feita uma adequação, e as pessoas que serão contempladas é que será o
1423 resultado final, pois este negócio de R\$ 1000 ou R\$ 2.000 reais, para o gestor não é
1424 algo que vá ferir muito. O conselheiro **Joselito Tanius Hajjar** ressalta que são R\$
1425 8.800 reais para coffee break. **Mara** coloca que não sabe como foi feito o calculo e o
1426 valor realmente não e muito barato para 1000 pessoas, mas isto será revisto. **Mara**
1427 relata que já estão ocorrendo varias oficinas sem envolver recurso, onde as meninas
1428 estão indo nas UBS's para discutir a questão da violência, mas para fazer outros
1429 eventos que envolvam mais pessoas, elas pensaram em fazer algo mais confortável e
1430 por isso foi pedido coffee break. O conselheiro **Eliei** questiona se todas as UBS's vão
1431 passar por isso. **Mara** responde que todas as UBS' serão contempladas, inclusive
1432 algumas já está ocorrendo em algumas. A conselheira **Maria Osvaldina Mello**
1433 **Oliveira** destaca que antes e depois da saúde, é muito pelas mulheres, inclusive lutou
1434 muito no Conselho da Mulher pela secretaria da Mulher. **Osvaldina** relata que na
1435 ultima sexta feira houve uma audiência publica na CML sobre a violência contra as
1436 mulheres, que contou com a presença da juíza, da promotora e da delegada, inclusive
1437 disse a ultima que ela deveria fazer mais divulgação da Delegacia da Mulher, pois
1438 ninguém sabe onde fica a delegacia. **Osvaldina** diz que tem de fazer mesmo, pois
1439 lutou muito pela abertura do IML e foi lá na época, naquela coisa feia, sem estrutura e
1440 que ninguém queria, sendo que foi ate lá, o Drº Queiroz era o diretor na época e abriu
1441 o IML 24 horas por dia, depois veio da maternidade também as mulheres que sofriam
1442 violência sexual. **Osvaldina** diz que tem que colocar isso ai e ver o buffet mais barato,
1443 pois realmente está muito caro, mas tem de ver isso dai sim e lutarmos por coisas
1444 melhores, pois aqui há muita dificuldade quando se fala em mulher, ate mesmo a
1445 policia militar, para dar assistência, foi preciso chamar uma reunião, pois muitos,
1446 quando a mulher sofria violência, a polícia militar nem chegava lá, se telefonava e ela
1447 não ia, mas parece que já houve uma melhora neste sentido. **A conselheira Ana**
1448 **Paula Cantelmo** coloca que dentro deste plano de trabalho e destas ações, se sabe
1449 que a população dos hospitais está todo mundo participando desta sensibilização, ate
1450 porque a notificação ela é obrigatória inclusive. **Cantelmo** se esta sendo envolvida a

1451 categoria médica, que pode ser grande parceira na mobilização, pois envolve o
1452 diagnostico, pois está há muito tempo participando da rede de notificação de violência
1453 infantil no Hospital Infantil, e sabe que isso exige um olhar do profissional medico, que
1454 dá aquele primeiro atendimento e precisa estar muito sensibilizado e com o olhar
1455 investigador, sendo que na violência contra a mulher tem de ser da mesma forma,
1456 logo, se esta prevista uma ação, que se envolva alguma coisa mais ostensiva em
1457 relação à categoria médica, pois é um publico que precisa estar bem sensibilizado, já
1458 que o sucesso tem muito a ver com a adesão, tanto que em Curitiba tem aquela rede
1459 de combate a violência infantil e todos sabem dos resultados que isso repercute. **Mara**
1460 coloca que acredita que sim, porem, a notificação não precisa ser solicitado
1461 necessariamente pelo profissional medico e a própria enfermagem, na triagem, pode,
1462 detectando isso, preencher a ficha da violência, logo, é assim eu funciona no pronto
1463 socorro, e quando chega ao medico, a ficha de violência já está preenchida, mas,
1464 acredita que será feito este trabalho, pois na verdade a Claudia falou que eles
1465 começaram pelas unidades e há um pessoal do judiciário participando e também o
1466 MP, sendo que o grupo é bem bacana e pretende pegar todos os segmentos, para
1467 realmente implantar a notificação. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** diz que de
1468 qualquer forma, existem, por exemplo, casos que por essa avaliação se supõe que é
1469 uma queda e o medico pede que seja feito um exame mais especifico quando existe
1470 suspeita. Muitas vezes a equipe de enfermagem pode notificar e ter uma suspeita,
1471 mas se o medico depois não gera algumas indicações, isso pode, então assim, acha
1472 que isso vale a pena. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** questiona se o
1473 recurso é mensal e a respeito do numero crescente de violência contra a mulher
1474 idosa. Mara responde que a notificação do idoso é obrigatória. Mara coloca que
1475 segundo a portaria, o valor de R\$ 30.000 é fixo para implantação da rede e não é
1476 mensal. A conselheira **Julia Miyamoto** diz que concorda com a fala da conselheira
1477 Ana Paula, pois geralmente as pessoas confiam muito no medico e se abrem bastante
1478 com este profissional. A seguir é passado ao ultimo ponto de pauta: **Informes**. A
1479 conselheira **Julia Miyamoto** diz que na ultima semana, ficou muito feliz porque uma
1480 ACS lhe disse que toda Vila Nova fala muito bem dela, e a respeitam porque foi atrás,
1481 já que o PSF da Vila Nova. Guanabara e Alvorada não era contemplado, dai a pessoa
1482 que sabia como fazer o tramite lhe disse para ir atrás, e ela era conselheira há muito
1483 tempo, mas não lhe repassava nada. Julia relata que foi atrás de tudo e conseguiu
1484 junto ao prefeito, e não e de passar por cima de ninguém e vai sempre falar com o
1485 coordenador, secretário, que a “cozinhou” 2 meses e depois mandou uma resposta
1486 dizendo que não, e então foi para o “pai” e ele conseguiu, pois levou ate ele um
1487 relatório completo de quem é que estava dando assistência aos idoso acamados, que
1488 era a Pastoral da Saúde, mas, se existe o PSF, ele tinha por obrigação dar a
1489 assistência, pois a Vila Nova é muito antiga e possui muitos idosos, apesar de já ter
1490 falecido muita gente e isso deixar a todos muito deprimidos. Julia diz que hoje ficou
1491 muito chateada ao chegar à reunião e uma pessoa conhecida se espantar dela não ter
1492 morrido ainda, como se ela tivesse tomado um tiro no estomago, pois ninguém fala
1493 uma coisa tão desagradável assim, e não é o Ulisses Guimaraes, mas quer morrer em
1494 pé. A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** informa que na próxima sexta, às
1495 16 horas, irá ocorrer uma reunião no HZS com todas as UBS e CLS’s da zona rural. O
1496 conselheiro **Ildo Ioris** questiona a secretaria Sandra Bavia que nas reuniões
1497 anteriores, ficaram alguns documentos para serem elaboradas, algumas moções,
1498 inclusive um que foi lido agora. **Sandra Bavia** responde que o documento já foi lido e
1499 aprovado. **Ildo Ioris** questiona se não há mais documentos. Bavia responde que não.
1500 O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** informa que esta na coordenação do evento

1501 “III Ciclo de Debates de Saúde do Trabalhador” pelo Cerest Macro Norte da 17ª
 1502 Regional, sendo que será preciso escolher 1 representante do CMS do segmento do
 1503 usuário para participar , sendo que isso deverá ser feito na próxima reunião do CMS.
 1504 O conselheiro **Joselito Tanius Hajjar** elogia o atendimento prestado pela UBS
 1505 Tóquio. Hajjar destaca a luta do HZS e HZN pelo aumento no teto, inclusive na
 1506 discussão da ortopedia, e para isso conta com o apoio do CMS, pois depende disso
 1507 para a realização das cirurgias eletivas e tudo mais. A diretora **Valeria Barbosa**
 1508 informa que o Sindserv solicitou a substituição do conselheiro Ângelo Caíres pela
 1509 conselheira Pilar. Valeria coloca em discussão a data da reunião extraordinária sobre
 1510 o regimento interno. O conselheiro **Eliel Joaquim dos Santos** propõe que a reunião
 1511 seja feita dia 31 de julho. **O conselho aprova a proposta de Reunião Extraordinária**
 1512 **no dia 31/07, as trezes horas, para discussão do Regimento Interno do CMS,**
 1513 **com local a definir.** Senhor **Nilton** do CLS do Aquiles informa que esta muito triste
 1514 com a situação do Hospital Ortopédico não estar atendendo mais o SUS, inclusive
 1515 teve um parente seu que foi operado e teve problemas na cirurgia, e ao ir ate o retorno
 1516 descobriu que lá não esta mais atendendo o SUS. Para poder falar com o médico que
 1517 o operou é preciso pagar 150 reais, sendo que o usuário tem direito ao atendimento,
 1518 mas a ortopedia em Londrina está um problema muito grave, com pacientes
 1519 esperando na fila por atendimento. **Valeria** coloca que talvez o conselheiro não
 1520 estivesse presentes, mais foi discutido o chamamento publico para serviço de
 1521 ortopedia. Valeria coloca em discussão a data para realização de reunião
 1522 extraordinária para discussão do PPA. **O Conselho aprova a data do dia 09/08, às**
 1523 **treze horas, com local a definir.** Esta ata foi digitada pelos servidores Anderson Luiz
 1524 Oliveira Silva e Divina Tolentino Marcucci, revisada pela secretaria executiva Sandra
 1525 Bavia e será assinada pelos conselheiros abaixo:

Titular	Francisco Eugenio Alves de Souza	
Suplente	Valéria Cristina Almeida A Barbosa	
Titular	Djamedes Maria Garrido	
Suplente	Lincoln Ramos e Silva	Ausente com justificativa
Titular	Jaci Silveira Cleto	
Suplente	Janaina Mazzer Salinet	Ausente com justificativa
Titular	Pilar Soldorio	
Suplente	Fábio Vinicius Molin	
Titular	Lazara Regina de Resende	
Suplente	Carmem Lucia Lazaro Garcia	Ausente
Titular	Isaltina Pires Cardoso	Ausente
Suplente	Sandra Iara Sterza	Ausente
Titular	Eliel Joaquim dos Santos	
Suplente	Nadya Christiane Silveira Pelizzari	Ausente com justificativa
Titular	Fahd Haddad	
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Mara Rossival Fernandes	
Suplente	Artemísia Bertolazzi Martins	
Titular	Aylton Paulus Junior	Ausente com justificativa
Suplente	Margarida de Fatima F. Carvalho	Ausente com justificativa
Titular	Maria Célia Paiva Rodrigues Greghi	

Suplente	Joselito Tanios Hajjar	
Titular	Paulo Fernando Moraes Nicolau	
Suplente	Nobuaqui Hasegawa	Ausente
Titular	Cicero Cipriano Pinto	Ausente com justificativa
Suplente	Natal de Oliveira	
Titular	Arnoldo Bulle	
Suplente	Ivete Nobile	
Titular	Eliane da Silva Nascimento	
Suplente	José Aparecido Martins	
Titular	Wagner Aguiar	
Suplente	Terêncio de Lima	
Titular	Maria Osvaldina de Mello Oliveira	
Suplente	Livaldo Bento	Ausente com justificativa
Titular	Juvira Barbosa de Souza Cordeiro	Ausente com justificativa
Suplente	Antonio Escatambulo	
Titular	Rosicler Amarins de Moura Vaz	
Suplente	Antonio Barrichello	
Titular	Julia Satie Miyamoto	
Suplente	Iracema Caldeira O. Ferreira	
Titular	Adriana Xavier Dorta	
Suplente	Edson Facundo	Ausente com justificativa
Titular	Márcia Beghini Zambrim	
Suplente	Tereza Gonçalves Moreschi	
Titular	Joelma Ap^a de Souza Carvalho	
Suplente	Elizabeth Bueno Candido	Ausente com justificativa
Titular	Ildo Ioris	
Suplente	Ana Barbara de T. Lourenço Jorge	Ausente

1526
1527
1528
1529
1530
1531
1532
1533
1534
1535
1536
1537
1538
1539
1540
1541
1542
1543
1544
1545
1546
1547

1548
1549
1550
1551
1552
1553
1554
1555
1556
1557
1558
1559
1560
1561
1562
1563
1564
1565
1566
1567
1568
1569
1570
1571
1572
1573
1574
1575
1576
1577
1578
1579
1580
1581
1582
1583
1584
1585
1586
1587
1588
1589
1590
1591
1592
1593
1594
1595
1596
1597

1598
1599
1600
1601
1602
1603
1604
1605
1606
1607
1608
1609
1610
1611
1612
1613
1614
1615
1616
1617
1618
1619
1620
1621
1622
1623
1624
1625
1626
1627
1628
1629
1630
1631
1632
1633
1634
1635
1636
1637
1638
1639
1640
1641
1642
1643
1644